

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Delegado comandante Inep](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[PEC da corrupção](#)

[Doria reduz peso de universidades no Condephaat; meio vê desmonte](#)

[Ministro da Educação publicou mesmo artigo em duas revistas](#)

[Os abortados da escola: criança com deficiência e o ensino domiciliar](#)

[Governo quer aulas de inteligência emocional em universidades privadas](#)

[MEC desiste de nomear ex-integrante da gestão Temer para secretaria](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Gesto](#)

O GLOBO - RJ

[Quanto mais batem em Paulo Freire, mais ele cresce](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Melhora depende de menos diferenças e mais emprego formal](#)

[Para especialista, Censo menor teria mais qualidade](#)

[IDHM surpreende em 2017 e tem leve alta, mas desigualdade não cede](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[Desafios da formação do professor](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[MEC desiste de nomear ex-integrante da gestão Temer para secretaria do ministério](#)

O POVO - CE

[Educação para a ressocialização do preso](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Mais de 1.500 vagas para doutorado na França](#)

PORTAL ISTOÉ

[Câmara pede explicações ao MEC sobre aplicação do Enem](#)

PORTAL VEJA

[Enade 2019 será aplicado em 24 de novembro; veja cursos avaliados](#)

TERRA

[Escola do Hospital das Clínicas oferece cursos para indústrias da Saúde](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Câmara pede explicações ao MEC sobre aplicação do Enem](#)

[Ministro da Educação publicou mesmo artigo em duas revistas](#)

[Comissão de Educação da Câmara cobra MEC sobre Enem deste ano](#)

[CNPq nega que Plataforma Lattes irá acabar: "está sendo modernizada"](#)

Agências de notícias e sites

ATMOSFERA ONLINE

[Acadêmicos da UFFS traduzem livro para a língua kaingang](#)

CORREIO WEB

[MEC anuncia novo presidente do Inep](#)

GRUPO ORZIL

[12º Prêmio Professores do Brasil inicia seleção](#)

[PII-INPE divulga resultado parcial para bolsas de doutorado no exterior](#)

JORNAL BOA VISTA

[Acadêmicos da UFFS traduzem livro para a língua kaingang](#)

CLIPPING



JORNAL BOM DIA (RS)

[Acadêmicos da UFFS traduzem livro para a língua kaingang](#)

O LIBERAL - PA

[Corte na ciência aumenta penúria das pesquisas na Amazônia](#)

REVISTA PONTO JOVEM

[França oferece mais de 1.500 vagas para doutorado](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Deputados cobram MEC sobre Enem deste ano](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC desiste de nomear ex-integrante da gestão Temer para secretaria](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Deputados cobram MEC sobre Enem deste ano](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Véspera do caos na educação](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Delegado federal será presidente do Inep e vai cuidar do Enem](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Começam hoje as inscrições para o Prêmio Professores do Brasil](#)

O POPULAR - GO

[Autonomia universitária](#)

[Desafios da EAD](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Desde 2015 setor do conhecimento no Brasil perdeu cerca de R\\$ 38 bilhões](#)

A TRIBUNA - MT

[Universidade Federal de Rondonópolis: Estudantes preocupados com atraso no pagamento de bolsas](#)

BRASIL247

[O filisteísmo acadêmico](#)

G1

[Capes vai implementar curso de especialização em ciência para o ensino fundamental](#)

VISÃO

[Reitor da Uniplac trouxe boas notícias de Brasília](#)

O DIA - RJ

[Delegado federal será responsável pelo Enem](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Delegado comandará Inep

EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação confirmou a indicação do delegado Elmer Coelho Vicenzi para o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável por testes como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicado a estudantes desde a alfabetização até o ensino médio, além dos Censos Escolares e da Educação Superior. Em nota, a pasta afirmou que o nome dele será “oficializado em breve”. Até a

tarde de ontem, a nomeação não havia sido publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Vicenzi substituirá Marcus Vinicius Rodrigues, demitido em 26 de março. Delegado da Polícia Federal, ele é especialista em direito penal e fez um MBA em orçamento e gestão pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Além disso, foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Para Eduardo Mortimer, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a preocupação é uma constante em relação à qualificação dos escolhidos para integrar a pasta. “Temos de aguardar, mas, em tese, não é ninguém da área educacional. Vemos que existe um desrespeito com a área. Por mais que possam administrar bem, não têm conhecimento. É uma coisa complexa. O delegado (Elmer), em princípio, pode gerir bem, mas o Inep é responsável por perfis educacionais”, avaliou. “Nomes de pessoas gabaritadas estavam circulando para assumir a pasta. A preocupação da comunidade educacional é grande. Temos como ministro da Educação Abraham Weintraub, que possui formação financeira. Além disso, ele deslocou a equipe da Casa Civil para o MEC. Para gerir uma pasta assim tão importante, tem de conhecer minimamente.”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

PEC da corrupção

Reduzir os controles de fiscalização é retrocesso

O Senado aprovou no último dia 9 a PEC 61/2015, que permitirá que emendas individuais ao Orçamento federal sejam repassadas diretamente para estados e municípios. Não haverá a necessidade de convênios e prestação de contas a órgãos como a Caixa Econômica Federal, que hoje controla a maioria das parcerias entre União, estados e municípios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2019/04/pec-da-corrupcao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Doria reduz peso de universidades no Condephaat; meio vê desmonte

Composição do conselho de patrimônio foi modificada em decreto desta terça (16) São Paulo

Um decreto do governador João Doria (PSDB) publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nesta terça (16), modificou a composição do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico).

A alteração era aguardada com apreensão por profissionais ligados à preservação do patrimônio, que temiam o que de fato aconteceu: uma diminuição dos representantes indicados pelas universidades paulistas para o conselho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/doria-reduz-peso-de-universidades-no-condephaat-meio-ve-desmonte.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministro da Educação publicou mesmo artigo em duas revistas
Autoplágio é considerado um desvio de conduta, por inflar produção acadêmica
São Paulo

Escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para assumir o lugar de Ricardo Vélez Rodríguez, o novo ministro da Educação, o economista Abraham Weintraub, apresenta em seu currículo Lattes (sistema que reúne informações de pesquisadores de todo o país) dois artigos idênticos em periódicos diferentes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/ministro-da-educacao-publicou-mesmo-artigo-em-duas-revistas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Os abortados da escola: criança com deficiência e o ensino domiciliar

E não é que o governo Bolsonaro, tão famigerado defensor dos valores familiares, está agora em defesa da separação da criança com deficiência da escola, em apoio ao ensino domiciliar para esses “pobres coitados” que não conseguem aprender nada em salas de aula convencionais?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://assimcomovoce.blogfolha.uol.com.br/2019/04/17/os-abortados-da-escola-crianca-com-deficiencia-e-o-ensino-domiciliar/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo quer aulas de inteligência emocional em universidades privadas
Projeto do Ministério da Família visa prevenir o suicídio; especialistas criticam simplificação do tema

Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) negocia uma parceria com universidades particulares para oferta de uma disciplina de "inteligência emocional" com o objetivo de tentar prevenir casos de suicídio e automutilação. A proposta é criticada por especialistas ouvidos pela Folha.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/governo-quer-aulas-de-inteligencia-emocional-em-universidades-privadas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC desiste de nomear ex-integrante da gestão Temer para secretaria
Ligado ao MDB, perfil de Silvio Cecchi desagradou membros da pasta, como militares

Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, desistiu de nomear Silvio Cecchi como secretário de Regulação do Ensino Superior, subpasta responsável por autorizações de instituições particulares. O recuo tem a ver com o perfil de Cecchi, que atuou na pasta

durante a gestão Michel Temer (MDB).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-desiste-de-nomear-ex-integrante-da-gestao-temer-para-secretaria-do-mec.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Gesto

Abraham Weintraub, o novo ministro da Educação, foi ontem à residência oficial da Câmara se encontrar com o presidente da Casa, Rodrigo Maia.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Quanto mais batem em Paulo Freire, mais ele cresce

Viúva do educador, escritora rebate críticas recentes feitas à teoria do marido: Ele nunca foi nem desejou ser comunista

ENTREVISTA

Ana Maria Araújo Freire / pedagoga

Aos 85 anos, Ana Maria Araújo Freire, viúva do educador Paulo Freire (1921-1997), diz que nenhum dos "Bolsonaros" leu a obra do marido para criticá-la. Segundo a pedagoga, conhecida como Nita, os ataques, intensificados desde a campanha no ano passado, só irão fortalecer o legado de Freire: "Quanto mais batem, mais ele cresce".

Nita rebate declarações, inclusive do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que relacionam a pedagogia de Freire aos baixos indicadores da educação brasileira. Ela afirma que a teoria do marido nunca foi implantada em âmbito nacional.

Vencedora do Jabuti pela biografia "Paulo Freire: uma história de vida" (2006), ela rechaça ainda a imagem de comunista atribuída ao educador por seus críticos. E diz que o marido "não suportaria" ver o que está se passando no Brasil.

Uma nova biografia, do doutor em Educação pela USP Sérgio Haddad, professor da Universidade de Caxias do Sul, será lançada neste ano.

Como a senhora avalia essa retomada de ataques a Paulo Freire nos últimos dias, vindos principalmente de filhos do presidente Jair Bolsonaro?

Esses Bolsonaro não sabem o que é a vida, não sabem nada. Nenhum dos quatro sabe nada sobre Paulo, nunca leram Paulo. Eles têm ódio do Paulo, e o Paulo nunca odiou ninguém. Sempre foi um homem manso, ponderado. Ele criou uma teoria do conhecimento, que é muito mais do que uma técnica de alfabetização, por constatar que havia uma grande pressão da elite, ainda com as mesmas características da casa-grande, sobre a maioria da população. Naquela época, nos anos 1960, não votava quem fosse analfabeto, então Paulo quis, convidado pelo (presidente) João Goulart, alfabetizar todo o povo brasileiro. Mas aí veio o golpe militar em 64 no lugar das reformas pensadas por Goulart. O presidente diz que não foi golpe. Foi um golpe de Estado impetrado pelos militares e por uma pequena parte da sociedade civil: a grande elite, os grandes empresários.

Os críticos de Paulo Freire o chamam de comunista e marxista. Ele era militante?

Eu conheço Paulo desde que eu tinha cinco anos de idade. Ele nunca foi nem nunca desejou ser comunista. Paulo leu Marx e absorveu muita coisa do que era importante, mas disse e escreveu, em um livro inclusive, que não era marxista, apesar de concordar com Marx em muitas coisas, assim como concordava com muitas coisas de outros autores. Mas nunca tomou um autor só para fazer suas coisas. A verdade é essa. Você sabe por que esses Bolsonaros têm tanta raiva do Paulo?

Porquê?

Porque eles vão lutar a vida inteira para ser um milésimo do que Paulo foi, do que é. Porque Paulo ainda converte para a leitura dele, e cada um depois que faça sua definição. Milhares e milhares de pessoas no mundo inteiro ainda o leem. Agora aqui, no Brasil, nós temos realmente um grande defeito, que vem do espírito da colonização brasileira. Somos colonizados, somos menos, então o que é bom e o que é grande está fora. Paulo foi reconhecido como terceiro autor mais citado em trabalhos da área de Humanas no mundo. Está na lista das cem obras mais procuradas nas instituições (universidades) de língua inglesa. Agora, se Bolsonaro vai chegar com labaredas de fogo no MEC, queimando os livros de Paulo Freire, diga a ele que não adianta. Sabe por quê? Quanto mais batem em Paulo, mais ele cresce.

O que achou da declaração do ministro da Educação, que atribuiu a pedagogia de Paulo Freire aos baixos indicadores da educação brasileira?

Ele não sabe de nada, ele não vê que nunca foi implantada a pedagogia do Paulo? Teria sido em 1964. Mas quebraram tudo, desmantelaram tudo, e Paulo ainda teve que ir para o exílio, onde ficou por 15 anos. Nem quando Paulo foi secretário municipal de Educação de São Paulo (no governo Erundina) ele obrigou as professoras a seguir a metodologia dele. Cada uma tinha que escolher a que sabia mais, a que acreditava ser verdadeira, porque assim você educa, sabendo aquilo que está ensinando, visando a formação de homens e mulheres que depois sejam transformadores da sociedade. Agora, se esses rapazes aí falam de Paulo, é porque ele vai bem. O Olavo de Carvalho já falou mal de Paulo muitas vezes, e eles repetem.

Alguns críticos passaram a enaltecer Olavo de Carvalho, sugerindo que ele fez mais pela educação do que Paulo Freire. O que a senhora acha dessa comparação?

Esse Olavo é um homem absolutamente fora do eixo. Eles não pensam. Em que planeta essa gente está? Não é no planeta Terra. Dizem coisas absolutamente inverossímeis. Mas não são críticas infantilizadas, são maldosas, perversas. Eles querem sempre destruir o outro.

Se Paulo Freire estivesse vivo, como lidaria com esse momento e com os ataques?

Se estivesse vivo, eu não sei se suportaria o que está havendo. Não essa coisa contra ele, até porque ele não tinha vaidade para essas coisas, nem responderia. Paulo ia ter uma tristeza que faria mal ao seu corpo. Ele era um homem franzino. Não aguentaria, com certeza, não suportaria ver essas poucas iniciativas, e todas erradas, contra a dignificação da gente, de todos os seres desse Brasil.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Melhora depende de menos diferenças e mais emprego formal

Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), estima que o IDH-M provavelmente apresentou novo crescimento no ano passado, ainda que novamente modesto, refletindo o crescimento registrado da renda do trabalho.

Segundo ele, o ciclo econômico influencia o comportamento da renda das famílias, ao passo que os efeitos do ciclo sobre longevidade e o nível da educação não são imediatos. Ele lembra que a renda do trabalho melhorou em 2018, o que tende a ter se refletido sobre o IDHM.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6215053/melhora-depende-de-menos-diferencas-e-mais-emprego-formal>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Para especialista, Censo menor teria mais qualidade

O Censo está previsto para ir a campo em agosto de 2020. Na operação, 220 mil recenseadores vão visitar mais de 70 milhões de domicílios nos 5.570 municípios do país. Até o momento, o questionário prevê investigar aspectos da vida dos brasileiros como educação, saneamento básico, religião, deficiências físicas, trabalho, rendimento. O instituto não detalhou quais temas sairão da pesquisa, mas garantiu que "não haverá perda de informações".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6215055/para-especialista-censo-menor-teria-mais-qualidade>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

IDHM surpreende em 2017 e tem leve alta, mas desigualdade não cede

A queda na renda foi contrabalançada pelo aumento do IDHM Longevidade, de 0,845 para 0,850, puxado pelo crescimento da esperança de vida ao nascer de 75,72 anos para 75,99 anos, na média do país. Já o IDH Educação subiu de 0,739 para 0,742, por causa exclusivamente do índice que mede a frequência escolar, uma vez que o de escolaridade permaneceu quase o mesmo: 64,4% da população adulta tinha o fundamental completo em 2017, contra 64,3% em 2016.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6215051/idhm-surpreende-em-2017-e-tem-leve-alta-mas-desigualdade-nao-cede>

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Desafios da formação do professor

Em 2018, apenas 29% dos docentes consultados indicaram ter preparo adequado para enfrentar a profissão quando ingressaram em sala de aula

Henrique Sartori de Almeida Prado

Chanceler do Grupo Estácio, ex-secretário-executivo do MEC e professor universitário

O que fazer com uma profissão na qual seus profissionais não recomendam a sua

própria atividade? E que caminho tomar, frente a um cenário de desafios, para que aqueles que escolhem a docência possam ser valorizados e ter segurança na carreira?

Pois bem, não é de hoje que a "profissão professor" é debatida. Atualmente, são mais de 2,5 milhões de professores e 78% têm curso superior completo. A maior parte desses docentes está concentrada na educação básica, tendo as mulheres como maioria, com média de 35 anos de idade.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Todos pela Educação, em 2018, apenas 29% dos docentes consultados indicaram ter preparo adequado para enfrentar a profissão quando ingressaram em sala de aula. Ainda, pela pesquisa, fica evidente a necessidade de aprimoramento de conhecimento sobre didáticas específicas das disciplinas, conhecimento prático e fundamentos e métodos de alfabetização, demonstrando a necessidade de revisar os currículos dos cursos de pedagogia e de licenciaturas para formar profissionais mais preparados e conectados com a atualidade.

A educação básica tem tomado grande parte do debate público e das políticas que atuaram na revisão e na proposta de novas bases, tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio. Acompanhando esse movimento, o Ministério da Educação trabalha com medidas que indicam uma nova fase para a formação de professores no país.

Uma base comum foi apresentada focada em três eixos: conhecimento, prática e engajamento. Esses pontos têm por objetivo nortear a formação docente, sobretudo indicando caminhos em que a qualidade da formação e a valorização profissional sejam prioridades. Além desses pontos, a proposta indica mudanças no tempo de formação inicial para o curso de pedagogia: dois anos de formação comum, um ano de aprofundamento em cada etapa da educação em que o professor queira se dedicar e outro para assuntos relacionados à gestão escolar.

Tais mudanças podem estimular tanto o professor quanto o aluno. Ao focar novas práticas, novas metodologias e experimentações bem-sucedidas, o potencial inovador dos novos currículos pode garantir professores mais conectados com a prática docente e alunos mais interessados, tornando a sala de aula mais atrativa para todos.

Para que essas propostas possam avançar, são necessários o alinhamento e a articulação entre os setores público e privado, pois esta política tem potencial transformador e é indispensável que as instituições de ensino estejam comprometidas com o seu sucesso.

Segundo dados do último Censo da Educação Superior do MEC, 75% das matrículas estão concentradas em instituições de ensino da rede privada, demonstrando a importância dessa articulação com as faculdades, centros universitários e universidades brasileiras e com os demais sistemas de educação, pois são nos municípios onde esses profissionais mais atuam.

A formação dos professores precisa articular teoria e prática para alavancar a melhora dos resultados dos alunos e indicar um itinerário formativo de qualidade, que garanta ao futuro professor um desenvolvimento profissional seguro. São pontos essenciais para que, em um futuro breve, possamos ter, no Brasil, um novo cenário e, quiçá, um cenário em que os professores possam recomendar o exercício de sua profissão.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

MEC desiste de nomear ex-integrante da gestão Temer para secretaria do ministério

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, desistiu de nomear Silvio Cecchi como secretário de Regulação do Ensino Superior, subpasta responsável por autorizações de instituições particulares. O recuo tem a ver com o perfil de Cecchi, que atuou na pasta durante a gestão Michel Temer (MDB).

Biomédico, Cecchi já atuou em grandes grupos educacionais, como Anhanguera e na FMU-SP. Na gestão Temer, ocupou uma diretoria da secretaria de Educação Superior, a partir de 2016, e por indicação do MDB assumiu em agosto de 2018 a mesma secretaria de Regulação (Seres) para a qual foi anunciado.

A chegada de Cecchi ao MEC, revelada pela Folha de S.Paulo, foi anunciada por Weintraub no último dia 10.

Mas o perfil incomodou membros do MEC. Cecchi teria insistido em montar toda sua equipe, desagradando a ala militar que, embora enfraquecida, ainda atua no ministério. O coronel Marcos Heleno Guerson de Oliveira Júnior comanda a diretoria de Política Regulatória da Seres.

O descontentamento interno com a escolha começou ainda na semana passada. A Seres é considerada uma das secretarias mais complexas do MEC por cuidar de toda burocracia de regulação do ensino superior particular. A posição sempre foi alvo de pressão de empresas do setor.

Cecchi deve continuar na Casa Civil, onde atua na subchefia de Articulação e Monitoramento.

A reportagem questionou o MEC sobre quem será o novo chefe da Seres, mas até a publicação deste texto não havia recebido retorno.

Na manhã desta terça-feira (16), Weintraub recebeu em seu gabinete, segundo a agenda oficial, Antonio Veronezi, conhecido defensor dos interesses do setor privado de ensino superior.

Veronezi é próximo do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Em 2017, Onyx o indicou para um prêmio de educação na Câmara.

Mais cedo, portaria publicada no Diário Oficial da União oficializou a nomeação de seis novos auxiliares, incluindo os novos secretários de Educação Básica, Janio Macedo, e de Educação Profissional, Ariosto Culau.

Macedo estava na Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e Culau, no Ministério da Economia.

Outros dois ex-membro da Casa Civil, assim com Weintraub, vão para ao MEC. O advogado Auro Tanakae o tenente-coronel da reserva do Corpo de Bombeiros de Brasília Paulo Roberto serão assessores do ministro.

Paulo Roberto havia feito parte da equipe de transição na área de educação, mas o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez não o aproveitou na equipe. Sem espaço com Vélez, seguiu para a Casa Civil.

O MEC confirmou a exoneração de dois integrantes de grupos antagônicos na pasta.

Rubens Barreto, oriundo do Centro Paula Souza, de São Paulo, deixa definitivamente o cargo de adjunto da secretaria executiva, como também adiantado pela Folha, e Bruna Becker, seguidora do escritor Olavo de Carvalho, não é mais assessora especial do ministro.

No início de março, seguidores de Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo, passaram a atacar Vélez e auxiliares próximos depois que demissões atingirem o grupo. No alvo, militares e técnicos do Paula Souza.

A disputa provocou um racha que intensificou a paralisia das ações no MEC e culminou na demissão de Vélez. Barreto chegou a ser anunciado como secretário executivo no lugar de Luiz Antonio Tozi, mas Vélez foi impedido de nomeá-lo por pressão de olavistas.

Weintraub definiu na segunda-feira que o delegado da Polícia Federal Elmer Coelho Vicenzi para presidir o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O órgão, ligado ao MEC, é responsável por estatísticas e avaliações da educação e exames como o Enem.

topo ↕

O POVO - CE - OPINIÃO

Educação para a ressocialização do preso

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, de acordo com a Pastoral Carcerária, e, infelizmente, as prisões no País se tornaram locais que inviabilizam a reinserção social do preso. Embora a educação ao detento seja garantida pela Constituição, o seu acesso ocorre, na maioria, por meio de projetos e não como parte de uma política pública. O Ceará, que recentemente esteve sob a mira de facções criminosas, possui uma pequena parcela atendida por projetos como os oferecidos pela Fundação Educacional Deusmar Queirós.

Criada em abril de 1999 com o principal objetivo de promover a educação como alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos detentos, as ações da Fundação também têm como foco os familiares dos presos. Entre os projetos desenvolvidos, destaca-se o Fábrica Escola.

A iniciativa objetiva o resgate à dignidade da população dos regimes aberto e semiaberto do sistema prisional. Por meio da capacitação profissional e da empregabilidade, o projeto incentiva a reelaboração do plano de vida pessoal e profissional do apenado e só é possível graças às parcerias com instituições públicas e privadas.

Com módulos que variam entre seis e 18 meses de duração, o Fábrica Escola atinge diretamente cerca de 300 pessoas, que recebem capacitação, assistência e orientação psicossocial, psicológica, jurídica (segundo a Justiça Restaurativa), médica e odontológica e educação básica formal, além de cesta básica, bolsa salário, três refeições diárias e vale-transporte.

No programa, os detentos e familiares participam de oficinas divididas por eixos produtivos e, graças ao rol de parceiros, dispõe ainda de laboratório de informática e de biblioteca para estudos e orientações sobre empreendedorismo. Desde a criação do projeto, em 2013, cerca de 200 participantes deixaram a prisão e ingressaram no mercado formal de trabalho ou se tornaram empreendedores.

Tais resultados demonstram que o sucesso da ressocialização do preso depende, além do Estado, do envolvimento de familiares e da sociedade. Por isso, é visível a necessidade de uma política pública que incentive, além da educação para os apenados - fundamental no processo -, o investimento do setor empresarial em negócios sociais para que o processo de ressocialização não se restrinja ao período da pena.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Mais de 1.500 vagas para doutorado na França

O país investe 48 bilhões de euros por ano em pesquisa

Eu, Estudante

Interessados em fazer doutorado na França podem enviar as candidaturas nas próximas semanas. No catálogo do Campus France Brasil é possível acessar mais de 1.500 editais para doutorado pleno, pós-doutorado e estágio de mestrado nas mais diversas áreas. Cada vaga tem pré-requisitos e prazos de inscrição diferentes, então é necessário acessar o portal para confirmar.

Além de acessar as vagas existentes (disponíveis na aba “ofertas”), os pesquisadores também podem conhecer as diferentes linhas de pesquisa das escolas e enviar um projeto espontaneamente para doutorado pleno, doutorado sanduíche ou cotutela. A maior parte das ofertas prevêem financiamento via contrato doutoral ou bolsa de estudos. Todas as informações sobre o tema estão disponíveis no link.

Doutorado na França

A França investe 48 bilhões de euros por ano em pesquisa, o equivalente a 2,24% de seu PIB. Existem 270 escolas doutorais ligadas a 2500 laboratórios de pesquisa públicos espalhados por todo o país. No total, 42% dos doutorandos inscritos nestas instituições são estrangeiros.

O doutorado é o mais alto diploma emitido pelas universidades francesas e pode ser concluído em três anos. A taxa de inscrição no doutorado na França é de 380 euros por ano.

Financiamento para pesquisas

Existem inúmeros mecanismos de financiamento disponíveis para doutorandos internacionais e algumas escolas doutorais exigem um financiamento mínimo para o ingresso. Uma ferramenta útil para a busca de financiamento é o catálogo de bolsas do Campus France Brasil, onde constam 83 bolsas disponíveis para brasileiros.

Os doutorandos também podem verificar juntos às escolas a possibilidade de estabelecer um contrato doutoral, que é um contrato de trabalho assinado entre a instituição e o pesquisador. Outras instituições que utilizam o mesmo mecanismo ou oferecem bolsas de estudos são a Agência Nacional de Pesquisa, órgãos franceses de pesquisa (Cnes, CNRS, CEA, entre outros) ou órgãos de fomento à pesquisa do governo brasileiro (Capes, CNPq, agências estaduais). Ainda é possível buscar financiamento junto a empresas ou União Europeia.

Cursos de imersão científica e linguística

Aqueles que desejam conhecer os setores de ponta da pesquisa francesa, aprender o idioma e ainda estabelecer uma rede de contatos com laboratórios, empresas, cientistas e professores, podem participar dos programas de curta duração French + Sciences. Os programas, voltados aos mestrandos e doutorandos que desejam continuar suas pesquisas na França, são ministrados em inglês e têm duração de 4 semanas.

A programação inclui conferências, debates, visitas técnicas, apresentação sobre oportunidades de estudos, tutoria acadêmica individual, aulas de francês e atividades culturais. Em 2019, o Campus France oferece sessões sobre ciências do mar e desenvolvimento sustentável.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Câmara pede explicações ao MEC sobre aplicação do Enem

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados quer explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre as medidas tomadas para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O requerimento de informações, apresentado pelo deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), foi aprovado hoje (16) pela comissão.

O parlamentar manifesta preocupação com as mudanças na equipe de gestão do Ministério da Educação (MEC) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda segundo o deputado, a falência da gráfica RR Donneley, responsável pela impressão das provas nos últimos dez anos, “também acendeu um sinal de alerta” para os deputados.

Os parlamentares pedem ao Ministério da Educação (MEC) detalhes sobre o cronograma de realização da prova, principalmente sobre o tempo necessário para a contratação da nova gráfica, sem comprometer a realização do exame.

Questionam também os resultados da comissão que analisou o conteúdo para sugerir a não utilização de alguns itens no Enem 2019.

Além dos esclarecimentos sobre a edição de 2019, o deputado considera importante que o MEC apresente um planejamento detalhado para os próximos anos.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Enade 2019 será aplicado em 24 de novembro; veja cursos avaliados

Objetivo do exame é avaliar o conhecimento dos estudantes e, de acordo com o resultado, as instituições de ensino superior

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, em decreto no Diário Oficial da União desta quarta-feira 17, o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2019. A portaria – acessível neste link – informa que a prova será aplicada nacionalmente no dia 24 de novembro de 2019, com início às 13h30 (horário de Brasília).

O exame avalia anualmente a qualidade de cursos de ensino superior, com convocação de alunos iniciantes e concluintes nas carreiras selecionadas. O desempenho dos participantes define notas para as instituições de ensino vinculadas ao MEC.

Nesta edição, 29 áreas serão analisadas, com provas específicas (23 no grau de bacharel e 6 no de tecnólogo).

Para o grau de bacharel serão avaliadas graduações de: Agronomia; Arquitetura e Urbanismo; Biomedicina; Educação Física; Enfermagem; Engenharia Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Computação; Engenharia de Produção; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Medicina; Medicina Veterinária; Nutrição; Odontologia; e Zootecnia.

No caso dos cursos com grau de tecnólogo, foram selecionados para o exame: Tecnologia em Agronegócio; Tecnologia em Estética e Cosmética; Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Gestão Hospitalar; Tecnologia em Radiologia; e Tecnologia em Segurança no Trabalho.

Em 2019, o Enade avaliará alunos ingressantes nas áreas acima (que tenham iniciado os cursos em 2019 e estejam devidamente matriculados), além daqueles que irão concluir os cursos neste ano (contanto que tenham integralizado ao menos 80% da carga horária mínima até o último dia do período de retificação de inscrições – a ser definido em cronograma – ou com previsão de concluir o respectivo curso até julho de 2020).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ainda publicará edital no qual serão estabelecidos aspectos como cronograma, prazos, procedimentos técnicos e responsabilidades das instituições de ensino superior e dos estudantes, entre outras diretrizes para sua realização.

Crítérios para dispensa não estão especificados no decreto divulgado nesta quarta-feira. Irregularidades perante à prova podem impossibilitar a colação de grau e a emissão de diploma de estudantes.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Escola do Hospital das Clínicas oferece cursos para indústrias da Saúde

Não importa a indústria, a atualização é importantíssima para o desempenho de qualquer profissional - e na área da Saúde não é diferente! Por isso, desde 2014, a EEP - Escola de Educação Permanente, o braço educacional do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, oferece soluções de educação continuada para as diversas indústrias do setor.

Os avanços constantes no tratamento e diagnóstico de doenças se somam ao peso da responsabilidade de cuidar de vidas; por isso, a missão institucional é a de compartilhar cada vez mais conhecimentos de qualidade e melhores práticas para os profissionais do segmento.

O conjunto de programas educacionais une a experiência assistencial e conteúdo de ponta das várias áreas do HC para formatar produtos customizados, que satisfaçam os objetivos de atualização. São três modelos básicos, que podem ser adequados conforme as demandas: Preceptorias, Educação a Distância e Oficinas ou Treinamentos Práticos.

Entendendo cada programa

Preceptorial - modalidade essencialmente teórica, tem o objetivo de atualizar o médico de consultório ou acadêmico na prática cotidiana. Tem carga horária pequena, de 8 a 10 horas, que pode ser cumprida em um dia único ou em períodos separados em dois dias, uma tarde e uma manhã.

O grupo participante realiza visitas, discussões de caso e palestras com nossos mais destacados profissionais, seguindo um programa estabelecido exclusivamente pelos profissionais do HC, sem a interferência da indústria.

"Desde 2014, já realizamos mais de 80 Preceptorias em diversas especialidades, recebendo cerca de 1.700 alunos. Lúpus, Artrite Reumatoide, Obesidade, Infecções Fúngicas, Hipertensão, Linfomas e Leucemia são alguns dos temas que já desenvolvemos", afirma a Prof. Dra. Eloisa Bonfá, Diretora Clínica do Hospital das Clínicas FMUSP e Presidente do Conselho da EEP.

Educação a Distância - para essa modalidade, a EEP conta com uma estrutura de

profissionais especializados e estúdio para a produção dos conteúdos, e se encarrega de toda a orientação pedagógica. Já as áreas do HC são responsáveis pelo desenvolvimento das aulas e materiais complementares.

"Quando o curso é solicitado pela indústria, o público-alvo pode ser seus clientes ou a força de vendas - neste último caso, auxiliando a alta demanda de treinamento diante da grande rotatividade de colaboradores no setor", explica Liliana Magon de Almeida, Gerente de Negócios da EEP.

As aulas são curtas, com duração máxima de 20 minutos. Os conteúdos podem ser acessados várias vezes e estão disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, num período de três a seis meses.

Oficina ou Treinamento Prático - modalidade totalmente customizada e com formato mais flexível, tem o objetivo de transmitir conhecimentos práticos, proporcionando aos participantes a vivência no ambiente hospitalar, ou atividades hands-on. "Já realizamos desde oficinas em que os participantes acompanham uma semana de um serviço, até treinamentos estritamente práticos", cita Liliana.

Todos os programas presenciais são realizados nas dependências do HC, o que por si só já é um grande atrativo para os participantes, pois proporciona conhecer uma instituição que é, muitas vezes, uma referência para estes convidados. Os certificados são emitidos pela Faculdade de Medicina da USP, Hospital das Clínicas e Escola de Educação Permanente, credenciada pelo Conselho Estadual de Educação.

Prof. Décio Mion Jr., diretor da EEP, explica que além da expertise do HC nas mais diversas áreas de saúde, a parceria com a EEP HCFMUSP agrega ainda o know-how da própria Escola: "Nos 10 anos de atuação da EEP, acumulamos grande experiência em educação na área de saúde. Nosso portfólio reúne mais de 300 cursos, em diversas modalidades de ensino, cobrindo a maior parte das especialidades médicas e profissões de saúde, desde o nível técnico."

De acordo com ele, as atividades realizadas com a indústria nos últimos anos são um reflexo do resultado: 95% dos alunos que participaram desses programas avaliaram a experiência como tendo atendido plenamente ou superado suas expectativas.

Se interessou em desenvolver este tipo de parceria? Entre em contato com a área de Negócios da EEP: parcerias.eep@hc.fm.usp.br e 11 2661-3892.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Câmara pede explicações ao MEC sobre aplicação do Enem

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados quer explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre as medidas tomadas para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O requerimento de informações, apresentado pelo deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), foi aprovado hoje (16) pela comissão.

O parlamentar manifesta preocupação com as mudanças na equipe de gestão do Ministério da Educação (MEC) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda segundo o deputado, a falência da gráfica RR Donneley, responsável pela impressão das provas nos últimos dez anos, "também

acendeu um sinal de alerta" para os deputados.

Os parlamentares pedem ao Ministério da Educação (MEC) detalhes sobre o cronograma de realização da prova, principalmente sobre o tempo necessário para a contratação da nova gráfica, sem comprometer a realização do exame.

Questionam também os resultados da comissão que analisou o conteúdo para sugerir a não utilização de alguns itens no Enem 2019.

Além dos esclarecimentos sobre a edição de 2019, o deputado considera importante que o MEC apresente um planejamento detalhado para os próximos anos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro da Educação publicou mesmo artigo em duas revistas

Autoplágio é considerado um desvio de conduta, por inflar produção acadêmica

Gabriel Alves

São Paulo

Escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para assumir o lugar de Ricardo Vélez Rodríguez, o novo ministro da Educação, o economista Abraham Weintraub, apresenta em seu currículo Lattes (sistema que reúne informações de pesquisadores de todo o país) dois artigos idênticos em periódicos diferentes.

No meio acadêmico, a prática de apresentar total ou parcialmente textos já publicados sem citar trabalhos anteriores é conhecida como autoplágio.

A medida é vista como um desvio de conduta, já que pode dar a entender que a produção intelectual de um autor é maior do que é na realidade. Na competição por financiamento para projetos de pesquisa, a produtividade é um dos critérios para agências de fomento escolherem uns em detrimento de outros.

Weintraub é professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), assim como sua mulher, Daniela Baumöhl Weintraub.

Ambos assinaram o artigo “A Bela Adormecida: 20 anos depois, o processo inflacionário está em vias de ressurgir. Qual a dinâmica e as consequências desse movimento para a Previdência no Brasil”, publicado na Revista Brasileira de Previdência e na Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, ambos em português e com o mesmo título.

O irmão de Abraham Weintraub, Arthur Weintraub, também professor da Unifesp e assessor da Presidência da República, era um dos membros do corpo editorial da Revista Brasileira de Previdência à época da publicação.

Ambas as políticas editoriais das revistas requerem ineditismo dos artigos a serem publicados. Uma medida comum adotada em casos assim é a retratação, ou seja, a “despublicação” de um dos artigos.

A reportagem enviou dados e links das duas publicações, extraídas do currículo de Abraham Weintraub, para a assessoria de imprensa do MEC (Ministério da Educação).

Também foi questionado o porquê da duplicidade, se o ministro tinha conhecimento de que dupla publicação poderia configurar autoplágio e se ele pretende tomar alguma medida a respeito.

O MEC respondeu: “Não temos essas informações.”

A Universidade do Chile, que hospeda a Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, disse investigar o caso e que a publicação segue normas do Committee on Publication Ethics (Cope, grupo internacional que elabora normas e orientações sobre questões éticas em publicações).

Em casos de autoplágio (publicação redundante), se comprovada a infração, a revista diz que pode tomar medidas como publicar um aviso de que o artigo já havia sido publicado ou mesmo retratá-lo.

A revista brasileira, assim como outras publicações, está hospedada no site da Unifesp, que afirma em nota que “cabe a cada editor, independentemente, a inteira responsabilidade por manter e zelar por aspectos éticos da transparência editorial”. “A Unifesp não interfere nesse processo.”

A reportagem não conseguiu contato com o editor da revista brasileira, cuja página da internet apresentava erro de navegação.

No final de 2018 a Unifesp instituiu sua Comissão Institucional de Integridade Acadêmica, que visa incentivar boas práticas e avaliar casos de má conduta, como plágio e autoplágio e manipulação de dados. Quem coordena o grupo é Bruno Comparato, professor de ciências sociais da universidade.

Segundo ele, o autoplágio, além de inflar a produção, é um problema também porque cria uma bibliografia redundante, o que piora a qualidade do acesso à informação para pesquisar numa área.

“Não é algo honesto do ponto de vista científico e vai contra a razão de ser da universidade, que é produzir conhecimento”, diz. “Mas ainda é uma discussão [sobre autoplágio] delicada e nova na academia.”

Comparato afirma que a comissão de integridade que comanda tem como principal meta a prevenção de casos de má conduta, seja com a criação de um código de boas práticas ou com um curso de formação obrigatório para os pesquisadores, por exemplo.

A comissão não tem por função policiar o corpo docente e discente nem o poder de aplicar sanções, diz Comparato.

A avaliação de casos de má conduta se dá com base em denúncias, e os pareceres são encaminhados a outros órgãos da universidade, que podem tomar medidas como advertir ou exonerar o profissional.

Até o momento só um caso foi investigado pela comissão de integridade, que envolve a troca de orientador de TCC de um aluno.

Em 2017 a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) decidiu que bloquearia verbas de instituições que não adotassem medidas contra as más práticas de pesquisa, o que movimentou universidades e instituições de pesquisa do estado.

Pesquisadores ouvidos pela Folha não consideram o novo ministro da Educação propriamente um acadêmico, mas um economista com larga experiência no mercado financeiro que recentemente, em 2014, ingressou na carreira docente, na posição de professor assistente. Na época ele possuía apenas um artigo publicado; hoje são quatro.

Um dos cientistas ouvidos afirmou que a inexperiência acadêmica de Weintraub poderia explicar o deslize.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão de Educação da Câmara cobra MEC sobre Enem deste ano

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 16, um requerimento com 26 perguntas que serão enviadas ao Ministério da Educação (MEC) sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os parlamentares questionam, entre outras coisas, qual foi o resultado da comissão criada para analisar questões consideradas inadequadas da prova, qual gráfica deve imprimir o Enem depois da falência da empresa que o fazia há 10 anos e quais as datas limites para que o cronograma não seja atrasado.

"Restando menos de sete meses para a data prevista do Enem e pela relevância que o exame tem para mais de cinco milhões de inscritos, o atraso do MEC e do Inep na divulgação dessas informações é fator de intranquilidade para os estudantes e suas famílias", disse o deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE), autor do pedido, que foi aprovado por unanimidade na comissão. Nem parlamentares do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, se opuseram.

Na segunda-feira, 15, o MEC confirmou que o delegado da Política Federal Elmer Vicenzi seria o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão que cuida das avaliações no MEC. Mas sua nomeação ainda não saiu no Diário Oficial. Desde o dia 16 de março, não o cargo está vago após demissão de Marcos Vinícius Rodrigues, em meio à crise durante a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez.

O Inep também não informou ainda qual a gráfica que deve imprimir o exame. A RR Donnalley, que fazia o trabalho, declarou falência há mais de 15 dias, como revelou o jornal O Estado de S. Paulo.

A empresa também está envolvida em denúncias de favorecimento das licitações do Inep, já que imprimia a prova há 10 anos. O Tribunal de Contas da União deve analisar o processo no dia 24. O Inep quer que outra empresa, a Valid, também envolvida nas mesmas denúncias, assuma a impressão. A Valid ficou em terceiro lugar na última licitação feita para o Enem, em 2016.

No requerimento dos deputados, há questionamentos ainda sobre o que será feito com os itens (como são chamadas as questões) que não forem utilizados por decisão da comissão. "Os itens são sigilosos, mas as justificativas para sua não recomendação não são. Quais as justificativas apresentadas para a não recomendação do item?", pergunta o

documento.

Há ainda questões sobre a data limite para contratação da gráfica e para finalização da prova pelo Inep. O MEC tem 30 dias para responder.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

CNPq nega qua Plataforma Lattes irá acabar: "está sendo modernizada"

Uma mensagem que está sendo espalhada pelas redes sociais tem preocupado a comunidade acadêmica brasileira. De acordo com o texto, a Plataforma Lattes, principal base de dados sobre o meio científico no país, vai acabar.

Sem informar ao certo quando ou por que o serviço seria tirado do ar, usuários das redes sociais têm sugerido que pessoas com currículos cadastrados na plataforma salvem-no em PDF para que não o percam. Atualmente, o Lattes tem mais de 6 milhões de currículos cadastrados.

FALSO: Plataforma Lattes não irá acabar

A "notícia" é um boato. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), responsável pela plataforma, não só negou a informação como diz estar modernizando o serviço.

"Em relação ao boato que tem circulado neste final de semana sobre uma suposta extinção da Plataforma Lattes, o CNPq informa que não há nenhum encaminhamento para isso", afirmou o órgão, por meio de nota enviada ao UOL.

Segundo o conselho, atualmente está acontecendo o oposto: um aprimoramento do serviço por meio do Plano de Modernização da Plataforma Lattes, anunciado em dezembro de 2018. Um dos objetivos desta melhoria, diz o governo, é torna-lo mais eficiente.

"A Plataforma Lattes tem ganhado cada vez mais reconhecimento e relevância, não só pela importância já consolidada para a comunidade científica, mas também pelos recentes aprimoramentos, como a inclusão de nome social, projetos de ensino e data de nascimento ou adoção de filhos nos currículos", argumenta o órgão.

O CNPq não revelou o valor investido no plano de modernização.

ATMOSFERA ONLINE - TEMPO REAL

Acadêmicos da UFFS traduzem livro para a língua kaingang

Trabalho de universitários combate a escassez de materiais didáticos em línguas indígenas

Sempre articulada com a realidade das comunidades indígenas, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim dá mais um exemplo de como está preocupada em olhar para esse público. Desta vez a ação veio de acadêmicos do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, que trabalharam na tradução, para a língua kaingang, de um livro paradidático no formato de história em quadrinhos (HQ).

A obra original é de autoria de Cherlei Coan, Dionei Rua dos Santos, Lisandra Almeida Lisovski e Vanderléia Dartora, e a tradução para o kaingang, que leva em consideração o escasso material pedagógico disponível em línguas indígenas, foi lançada no início do

mês.

O trabalho dos acadêmicos é fruto de um projeto maior, resultado de uma proposta submetida a um edital da **Capes** e da Agência Nacional das Águas (ANA), coordenado pela professora Sinara München. O projeto, aprovado, incentiva a articulação do tema da água para o ensino de Ciências da Natureza em espaços do campo e da cidade. A história em quadrinhos que os acadêmicos traduziram tem justamente este enredo: a proteção de recursos hídricos.

Professora na UFFS – Campus Erechim e uma das autoras do livro, Cherlei Coan aponta que a necessidade de as escolas trabalharem com esta temática foi observada pelos próprios universitários, a partir de diferentes atividades nas comunidades indígenas em que os acadêmicos vivem. “Identificamos sérios problemas de falta de água, de uso de água não tratada. Daí veio a ideia de um livro sobre o tema”, conta a docente.

A história se passa em uma escola do campo que também atende estudantes indígenas, e traz uma reflexão sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei das Águas e o papel dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas – em especial, o Comitê da Bacia Apuaê-Inhandava, que atua na nossa região e a importância da gestão compartilhada deste recurso. Os personagens passeiam pelo Rio Dourado abordando diversos temas, por exemplo, os diferentes usos do espaço ao longo do rio.

Segundo Cherlei, “as HQs constituem-se em um material didático-pedagógico e lúdico e podem ser utilizadas pelos professores de escolas da Educação Básica e da Universidade para promover o debate, a discussão e o aprofundamento de questões relacionadas à saúde alimentar, produção agroecológica, conservação de alimentos, proteção de recursos hídricos, entre outras”.

Os tradutores são licenciandos que já atuam como professores. “Muitos deles ministram a disciplina de Kaingang. Em um processo de luta dos povos indígenas, foi conquistada a garantia da inclusão do ensino da língua materna no currículo das escolas indígenas”, destaca a professora da UFFS.

“Há uma escassez de material traduzido para ser trabalhado nas escolas. A tradução é difícil pois existem muitos dialetos em diferentes comunidades kaingangs, e nem todas as palavras têm tradução. Houve também um grande esforço por parte de um grupo de docentes e o livro passou por revisões em comitês de leitura presenciais até ser finalizado”, conta Cherlei. “Por fim, a importância desse trabalho também se dá ao destacarmos os nossos acadêmicos indígenas kaingang do curso de Educação do Campo, contribuindo para a valorização de sua identidade cultural”, finaliza a professora.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC anuncia novo presidente do Inep

De acordo com o órgão o novo ocupante do cargo será o delegado Elmer Coelho Vicenzi

O Ministério da Educação (MEC) confirmou que Elmer Coelho Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A indicação ainda não foi formalizada.

Elmer é delegado de Polícia Federal e foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

O cargo de presidente do Inep está vago desde que Marcus Vinicius Carvalho saiu do cargo em 26 de março.

Marcus Vinicius foi exonerado após desentendimento com o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. O ex-presidente do Inep assinou portaria que adia a avaliação da alfabetização prevista pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para 2021. A medida foi revertida.

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação, o Inep é responsável por avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicado a estudantes desde a alfabetização até o ensino médio, além dos Censos Escolar e da Educação Superior.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

12º Prêmio Professores do Brasil inicia seleção

Solenidade oficializa lançamento do 12º Prêmio Professores do Brasil (Foto: Haydée Vieira – CCS/CAPES)

A 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) conta com apoio da **CAPES**, que oferece uma viagem internacional aos vencedores das etapas regionais. Em uma solenidade realizada no Ministério da Educação (MEC), na última segunda-feira, 15, foi oficialmente lançada a edição de 2019. As inscrições seguem abertas até o dia 31 de maio, no portal <http://premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br>.

Mara Ewbank, coordenadora geral de Valorização, Saúde e Bem Estar dos Profissionais da Educação, do MEC, informou que, em 2019, o PBB tem uma nova regra. “Para dar oportunidades para que outros professores participem da viagem promovida pela **CAPES**, os que participaram ano passado, não poderão concorrer”, esclareceu.

A coordenadora comentou que a expectativa para 2019 é de que 4.600 projetos sejam inscritos.

Izabel Pessoa, da coordenação-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **CAPES** contou que as viagens da parceria com o Prêmio Professores do Brasil servem para ampliar as oportunidades de formação de professores da educação básica.

MG 0343

“A **CAPES** tem um papel muito importante nisso. Ela é a instituição que promove e induz essas políticas de formação de professores para subsidiar o Ministério de Educação e tornar os professores do Brasil excelentes profissionais”, explicou.

11ª Edição

Vandete Pereira Lima está entre os 30 professores, premiados em 2018, que irão para o Canadá na segunda quinzena de maio. Ela espera poder propagar o que vai aprender durante a vivência no outro país. “Eu acho que a gente vai voltar com uma bagagem maior, vai voltar mais animado e com muitas ideias novas para colocar em prática na

nossa sala de aula”.

O Prêmio reconhece o trabalho dos professores das redes públicas que contribuem para a qualidade da Educação Básica no Brasil e valoriza o seu papel como agentes fundamentais no processo formativo das novas gerações.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

PII-INPE divulga resultado parcial para bolsas de doutorado no exterior

O resultado parcial da seleção de bolsistas para doutorado sanduíche no exterior foi publicado nesta segunda-feira (15/04) pelo Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação (PII) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Confira aqui.

As bolsas são oferecidas pelo PII-INPE no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt/CAPES).

Com atividades acadêmicas e também de desenvolvimento tecnológico amplamente reconhecidas no exterior, o INPE está aprimorando ainda mais as parcerias e colaborações para formação de recursos humanos de nível internacional.

Mais informações: <http://print.dpi.inpe.br>

topo ↕

JORNAL BOA VISTA - TEMPO REAL

Acadêmicos da UFFS traduzem livro para a língua kaingang

Trabalho de universitários combate a escassez de materiais didáticos em línguas indígenas

Sempre articulada com a realidade das comunidades indígenas, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim dá mais um exemplo de como está preocupada em olhar para esse público. Desta vez a ação veio de acadêmicos do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, que trabalharam na tradução, para a língua kaingang, de um livro paradidático no formato de história em quadrinhos (HQ).

A obra original é de autoria de Cherlei Coan, Dionei Rua dos Santos, Lisandra Almeida Lisovski e Vanderléia Dartora, e a tradução para o kaingang, que leva em consideração o escasso material pedagógico disponível em línguas indígenas, foi lançada no início do mês.

O trabalho dos acadêmicos é fruto de um projeto maior, resultado de uma proposta submetida a um edital da **Capes** e da Agência Nacional das Águas (ANA), coordenado pela professora Sinara München. O projeto, aprovado, incentiva a articulação do tema da água para o ensino de Ciências da Natureza em espaços do campo e da cidade. A história em quadrinhos que os acadêmicos traduziram tem justamente este enredo: a proteção de recursos hídricos.

Professora na UFFS – Campus Erechim e uma das autoras do livro, Cherlei Coan aponta que a necessidade de as escolas trabalharem com esta temática foi observada pelos próprios universitários, a partir de diferentes atividades nas comunidades indígenas em que os acadêmicos vivem. “Identificamos sérios problemas de falta de

água, de uso de água não tratada. Daí veio a ideia de um livro sobre o tema”, conta a docente.

A história se passa em uma escola do campo que também atende estudantes indígenas, e traz uma reflexão sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei das Águas e o papel dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas – em especial, o Comitê da Bacia Apuaê-Inhandava, que atua na nossa região e a importância da gestão compartilhada deste recurso. Os personagens passeiam pelo Rio Dourado abordando diversos temas, por exemplo, os diferentes usos do espaço ao longo do rio.

Segundo Cherlei, “as HQs constituem-se em um material didático-pedagógico e lúdico e podem ser utilizadas pelos professores de escolas da Educação Básica e da Universidade para promover o debate, a discussão e o aprofundamento de questões relacionadas à saúde alimentar, produção agroecológica, conservação de alimentos, proteção de recursos hídricos, entre outras”.

Os tradutores são licenciandos que já atuam como professores. “Muitos deles ministram a disciplina de Kaingang. Em um processo de luta dos povos indígenas, foi conquistada a garantia da inclusão do ensino da língua materna no currículo das escolas indígenas”, destaca a professora da UFFS.

“Há uma escassez de material traduzido para ser trabalhado nas escolas. A tradução é difícil pois existem muitos dialetos em diferentes comunidades kaingangs, e nem todas as palavras têm tradução. Houve também um grande esforço por parte de um grupo de docentes e o livro passou por revisões em comitês de leitura presenciais até ser finalizado”, conta Cherlei. “Por fim, a importância desse trabalho também se dá ao destacarmos os nossos acadêmicos indígenas kaingang do curso de Educação do Campo, contribuindo para a valorização de sua identidade cultural”, finaliza a professora.

topo 

JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL

Acadêmicos da UFFS traduzem livro para a língua kaingang

Sempre articulada com a realidade das comunidades indígenas, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim dá mais um exemplo de como está preocupada em olhar para esse público. Desta vez a ação veio de acadêmicos do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, que trabalharam na tradução, para a língua kaingang, de um livro paradidático no formato de história em quadrinhos (HQ).

A obra original é de autoria de Cherlei Coan, Dionei Rua dos Santos, Lisandra Almeida Lisovski e Vanderléia Dartora, e a tradução para o kaingang, que leva em consideração o escasso material pedagógico disponível em línguas indígenas, foi lançada no início do mês.

O trabalho dos acadêmicos é fruto de um projeto maior, resultado de uma proposta submetida a um edital da **Capes** e da Agência Nacional das Águas (ANA), coordenado pela professora Sinara München. O projeto, aprovado, incentiva a articulação do tema da água para o ensino de Ciências da Natureza em espaços do campo e da cidade. A história em quadrinhos que os acadêmicos traduziram tem justamente este enredo: a proteção de recursos hídricos.

Professora na UFFS – Campus Erechim e uma das autoras do livro, Cherlei Coan aponta que a necessidade de as escolas trabalharem com esta temática foi observada pelos próprios universitários, a partir de diferentes atividades nas comunidades indígenas em que os acadêmicos vivem. “Identificamos sérios problemas de falta de água, de uso de água não tratada. Daí veio a ideia de um livro sobre o tema”, conta a docente.

A história se passa em uma escola do campo que também atende estudantes indígenas, e traz uma reflexão sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei das Águas e o papel dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas - em especial, o Comitê da Bacia Apuaê-Inhandava, que atua na nossa região e a importância da gestão compartilhada deste recurso. Os personagens passeiam pelo Rio Dourado abordando diversos temas, por exemplo, os diferentes usos do espaço ao longo do rio.

Segundo Cherlei, “as HQs constituem-se em um material didático-pedagógico e lúdico e podem ser utilizadas pelos professores de escolas da Educação Básica e da Universidade para promover o debate, a discussão e o aprofundamento de questões relacionadas à saúde alimentar, produção agroecológica, conservação de alimentos, proteção de recursos hídricos, entre outras”.

Os tradutores são licenciandos que já atuam como professores. “Muitos deles ministram a disciplina de Kaingang. Em um processo de luta dos povos indígenas, foi conquistada a garantia da inclusão do ensino da língua materna no currículo das escolas indígenas”, destaca a professora da UFFS.

“Há uma escassez de material traduzido para ser trabalhado nas escolas. A tradução é difícil pois existem muitos dialetos em diferentes comunidades kaingangs, e nem todas as palavras têm tradução. Houve também um grande esforço por parte de um grupo de docentes e o livro passou por revisões em comitês de leitura presenciais até ser finalizado”, conta Cherlei. “Por fim, a importância desse trabalho também se dá ao destacarmos os nossos acadêmicos indígenas kaingang do curso de Educação do Campo, contribuindo para a valorização de sua identidade cultural”, finaliza a professora.

[topo](#)

O LIBERAL - PA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Corte na ciência aumenta penúria das pesquisas na Amazônia

Anúncio de contingenciamento de mais de 40% das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) preocupa cientistas da região, que vivem o momento mais crítico dos últimos 40 anos.

A maior biodiversidade do planeta pode gerar um lucro bilionário. Lá fora. O anúncio de novos cortes no investimento de ciência e tecnologia, no Brasil, impacta diretamente o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica. “Enquanto nós não estivermos investigando as possibilidades de fármacos e toda a riqueza da biodiversidade da nossa região, pesquisadores estrangeiros estarão levando amostras daqui para fazer pesquisas lá fora e patenteando produtos que vão gerar muito dinheiro para eles e nada para nós”, alertou o professor Emmanuel Zagury Tourinho, reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Essa semana, Tourinho conversou com a reportagem do Conexão AMZ e comentou o

anúncio de contingenciamento de 42,27% das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), feito na semana passada pelo governo federal. O contingenciamento ainda não é um corte, mas significa a suspensão do compromisso do governo de liberar recurso, que pode ou não ser liberado, dependendo de como estiverem as contas públicas até o final do ano.

“O problema é que tanto as agências (de fomento à pesquisa) quanto o Ministério não podem contratar nada, pois não sabem se vão ter recurso”, explica. Segundo ele, a medida agrava e muito a situação de penúria em que já se encontra a ciência nacional. “A ciência brasileira vive o momento mais crítico dos últimos 40 anos”, acredita. Na Amazônia, de acordo com Tourinho, é quase impossível controlar o fluxo de amostras de biodiversidade que podem ser levadas por pesquisadores estrangeiros. “Até a poeira que vai na bota é rica em material e informação para pesquisa”, comentou.

O que coloca o Brasil na vanguarda é a possibilidade de sair na frente, mas que fica seriamente ameaçada sem recursos para investir em pesquisas. “Se estivéssemos investindo, estaríamos na frente, pois toda essa riqueza está no nosso quintal e temos o caminho das pedras, pois já conhecemos muito dessa biodiversidade, mas precisamos de um investimento intensivo para fazer esse aproveitamento de forma sustentável, como precisamos que seja, para que represente também melhoria na qualidade de vida dos povos da Amazônia.” A falta de investimentos em pesquisa e tecnologia, segundo o reitor, cobrará um preço alto ao Brasil, tanto social quanto economicamente. “À medida que vamos suspendendo o investimento, vamos nos distanciando da fronteira do conhecimento. Quanto mais nos distanciamos, menos competitivos nos tornamos e menos capacidade o país terá de se fazer protagonista na economia mundial”, explica.

“Hoje, estamos trabalhando o mínimo possível para manter os laboratórios funcionando, mas não conseguimos desenvolver projetos mais arrojados por falta de investimentos. Vários grupos de pesquisa estão cancelando projetos e pesquisadores estão indo para o exterior. A China, por exemplo, está recrutando pesquisadores brasileiros”, completou.

Recursos

O recurso para investimento em ciência é oriundo do orçamento das próprias universidades – que também sofreram cortes nos últimos anos – e, principalmente, captado junto ao MCTIC e às agências federais de pesquisa como CNPq e **Capes**, que têm sofrido cortes acentuados de verbas. Para se ter uma ideia, de acordo com Tourinho, o recurso disponível hoje é 30% menor do que se tinha há cinco anos. “Hoje, as agências mal conseguem pagar as bolas que já contrataram. Não é possível aproveitar a capacidade científica instalada no Brasil para alavancar pesquisas e desenvolvimento nas áreas que são estratégicas para a economia do país.” Apesar de ainda não terem cortado bolsas de estudo, as agências não conseguiram acompanhar o aumento do volume de pesquisas, o que deixa muitos pesquisadores fora da Universidade por não terem meios de financiar os projetos

.Para Tourinho, a crise comprometeu a trajetória de sucesso percorrida pelo país nos últimos 10 anos. Entre 2003 e 2013, o Brasil passou de 23º para 13º produtor de ciência no mundo. A partir daí, o país estagnou e, agora, começa a cair. “Enquanto na China, diante da crise, aumentou-se o investimento em ciência e tecnologia, o Brasil fez o contrário e reduziu o investimento a um ponto em que, hoje, o sistema nacional de

pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico está no limite da sua condição de sobrevivência.”

topo ↗

REVISTA PONTO JOVEM - TEMPO REAL

França oferece mais de 1.500 vagas para doutorado

Maior parte dos editais preveem financiamento via contrato doutoral

Os brasileiros interessados em realizar sua pesquisa na França devem aproveitar as próximas semanas para enviar as candidaturas. No catálogo de escolas doutorais do Campus France Brasil, é possível acessar mais de 1.500 chamadas abertas para doutorado pleno, pós-doutorado e estágio de mestrado nas mais diversas áreas. A maior parte das ofertas preveem financiamento via contrato doutoral ou bolsa de estudos.

Para verificar os pré-requisitos e a data limite de inscrição, é preciso acessar o site. Os critérios de seleção, assim como documentos necessários e nível de idioma, variam conforme a proposta ou escola doutoral. Eventualmente, as escolas permitem que as teses sejam escritas em inglês e algumas ofertas impõem a nacionalidade dos candidatos como critério.

Além de acessar as vagas existentes (disponíveis na aba “ofertas”), os pesquisadores também podem conhecer as diferentes linhas de pesquisa das escolas e enviar um projeto espontaneamente para doutorado pleno, doutorado sanduíche ou cotutela. Todas as informações sobre o tema estão disponíveis no link.

Doutorado na França

A França investe 48 bilhões de euros por ano em pesquisa, o equivalente a 2,24% de seu PIB. Existem 270 escolas doutorais ligadas a 2500 laboratórios de pesquisa públicos espalhados por todo o país. No total, 42% dos doutorandos inscritos nestas instituições são estrangeiros.

O doutorado é o mais alto diploma emitido pelas universidades francesas e pode ser concluído em três anos. A taxa de inscrição no doutorado na França é de 380 euros por ano.

Financiamento para pesquisas

Existem inúmeros mecanismos de financiamento disponíveis para doutorandos internacionais e algumas escolas doutorais exigem um financiamento mínimo para o ingresso. Uma ferramenta útil para a busca de financiamento é o catálogo de bolsas do Campus France Brasil, onde constam 83 bolsas disponíveis para brasileiros.

Os doutorandos também podem verificar juntos às escolas a possibilidade de estabelecer um contrato doutoral, que é um contrato de trabalho assinado entre a instituição e o pesquisador. Outras instituições que utilizam o mesmo mecanismo ou oferecem bolsas de estudos são a Agência Nacional de Pesquisa, órgãos franceses de pesquisa (Cnes, CNRS, CEA, entre outros) ou órgãos de fomento à pesquisa do governo brasileiro (Capes, CNPq, agências estaduais).

Ainda é possível buscar financiamento junto a empresas ou União Europeia. Veja mais informações.

Cursos de imersão científica e linguística

Aqueles que desejam conhecer os setores de ponta da pesquisa francesa, aprender o idioma e ainda estabelecer uma rede de contatos com laboratórios, empresas, cientistas e professores, podem participar dos programas de curta duração French + Sciences. Os programas, voltados aos mestrandos e doutorandos que desejam continuar suas pesquisas na França, são ministrados em inglês e têm duração de 4 semanas.

A programação inclui conferências, debates, visitas técnicas, apresentação sobre oportunidades de estudos, tutoria acadêmica individual, aulas de francês e atividades culturais. Em 2019, o Campus France oferece sessões sobre ciências do mar e desenvolvimento sustentável.

O cronograma completo está disponível no site.

Sobre o Campus France Brasil

Presente em mais de 110 países, Campus France é a agência governamental francesa responsável pela promoção do ensino superior, o acolhimento e a mobilidade internacional. A agência é ligada aos ministérios franceses da Educação e das Relações Exteriores. No Brasil, está vinculada ao Serviço de Cooperação e de Ação Cultural da Embaixada da França.

A agência Campus France Brasil oferece orientação personalizada e gratuita aos interessados em estudar na França e também centraliza o procedimento de candidatura para grande parte das universidades do país europeu. Atualmente, conta com escritórios em São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Deputados cobram MEC sobre Enem deste ano

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou hoje um requerimento com 26 perguntas que serão enviadas ao Ministério da Educação (MEC) sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os parlamentares questionam, entre outras coisas, qual foi o resultado da comissão criada para analisar questões consideradas inadequadas da prova, qual gráfica deve imprimir o Enem depois da falência da empresa que o fazia há 10 anos e quais as datas limites para que o cronograma não seja atrasado.

“Restando menos de sete meses para a data prevista do Enem e pela relevância que o exame tem para mais de cinco milhões de inscritos, o atraso do MEC e do Inep na divulgação dessas informações é fator de intranquilidade para os estudantes e suas famílias”, disse o deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE), autor do pedido, que foi aprovado por unanimidade na comissão. Nem parlamentares do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, se opuseram.

Ontem, o MEC confirmou que o delegado da Política Federal Elmer Vicenzi seria o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão que cuida das avaliações no MEC. Mas sua nomeação ainda não saiu no Diário Oficial. Desde o dia 16 de março, o cargo está vago, após demissão de Marcos Vinícius Rodrigues, em meio à crise durante a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez.

O Inep também não informou ainda qual a gráfica que deve imprimir o exame. A RR Donnalley, que fazia o trabalho, declarou falência há mais de 15 dias, como revelou o Estado.

A empresa também está envolvida em denúncias de favorecimento das licitações do Inep, já que imprimia a prova há 10 anos. O Tribunal de Contas da União deve analisar o processo no dia 24. O Inep quer que outra empresa, a Valid, também envolvida nas mesmas denúncias, assuma a impressão. A Valid ficou em terceiro lugar na última licitação feita para o Enem, em 2016.

No requerimento dos deputados, há questionamentos ainda sobre o que será feito com os os itens (como são chamadas as questões) que não forem utilizados por decisão da comissão. “Os itens são sigilosos, mas as justificativas para sua não recomendação não são. Quais as justificativas apresentadas para a não recomendação do item?”, pergunta o documento.

Há ainda questões sobre a data limite para contratação da gráfica e para finalização da prova pelo Inep. O MEC tem 30 dias para responder.

O Enem está marcado para os dias 3 e 10 de novembro.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC desiste de nomear ex-integrante da gestão Temer para secretaria Ligado ao MDB, perfil de Silvio Cecchi desagradou membros da pasta, como militares

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, desistiu de nomear Silvio Cecchi como secretário de Regulação do Ensino Superior, subpasta responsável por autorizações de instituições particulares. O recuo tem a ver com o perfil de Cecchi, que atuou na pasta durante a gestão Michel Temer (MDB).

Biomédico, Cecchi já atuou em grandes grupos educacionais, como Anhanguera e na FMU-SP. Na gestão Temer, ocupou uma diretoria da secretaria de Educação Superior, a partir de 2016, e por indicação do MDB assumiu em agosto de 2018 a mesma secretaria de Regulação (Seres) para a qual foi anunciado.

A chegada de Cecchi ao MEC, revelada pela Folha, foi anunciada por Weintraub no último dia 10.

Mas o perfil incomodou membros do MEC. Cecchi teria insistido em montar toda sua equipe, desagradando a ala militar que, embora enfraquecida, ainda atua no ministério. O coronel Marcos Heleno Guerson de Oliveira Júnior comanda a diretoria de Política Regulatória da Seres.

O descontentamento interno com a escolha começou ainda na semana passada. A Seres é considerada uma das secretarias mais complexas do MEC por cuidar de toda burocracia de regulação do ensino superior particular. A posição sempre foi alvo de pressão de empresas do setor.

Cecchi deve continuar na Casa Civil, onde atua na subchefia de Articulação e

Monitoramento.

A Folha questionou o MEC sobre quem será o novo chefe da Seres, mas até a publicação desta reportagem não havia recebido retorno.

INTERESSES DO SETOR PRIVADO

Na manhã desta terça-feira (16), Weintraub recebeu em seu gabinete, segundo a agenda oficial, Antonio Veronezi, conhecido defensor dos interesses do setor privado de ensino superior.

Veronezi é próximo do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Em 2017, Onyx o indicou para um prêmio de educação na Câmara.

Mais cedo, portaria publicada no Diário Oficial da União oficializou a nomeação de seis novos auxiliares, incluindo os novos secretários de Educação Básica, Janio Macedo, e de Educação Profissional, Ariosto Culau.

Macedo estava na Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e Culau, no Ministério da Economia.

Outros dois ex-membro da Casa Civil, assim com Weintraub, vão para ao MEC. O advogado Auro Tanaka e o tenente-coronel da reserva do Corpo de Bombeiros de Brasília Paulo Roberto serão assessores do ministro.

Paulo Roberto havia feito parte da equipe de transição na área de educação, mas o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez não o aproveitou na equipe. Sem espaço com Vélez, seguiu para a Casa Civil.

O MEC confirmou a exoneração de dois integrantes de grupos antagônicos na pasta. Rubens Barreto, oriundo do Centro Paula Souza, de São Paulo, deixa definitivamente o cargo de adjunto da secretaria executiva, como também adiantado pela Folha, e Bruna Becker, seguidora do escritor Olavo de Carvalho, não é mais assessora especial do ministro.

No início de março, seguidores de Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo, passaram a atacar Vélez e auxiliares próximos depois que demissões atingirem o grupo. No alvo, militares e técnicos do Paula Souza.

A disputa provocou um racha que intensificou a paralisia das ações no MEC e culminou na demissão de Vélez. Barreto chegou a ser anunciado como secretário executivo no lugar de Luiz Antonio Tozi, mas Vélez foi impedido de nomeá-lo por pressão de olavistas.

Weintraub definiu na segunda-feira que o delegado da Polícia Federal Elmer Coelho Vicenzi para presidir o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O órgão, ligado ao MEC, é responsável por estatísticas e avaliações da educação e exames como o Enem.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Deputados cobram MEC sobre Enem deste ano

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 16, um requerimento com 26 perguntas que serão enviadas ao Ministério da Educação (MEC) sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os parlamentares questionam, entre outras coisas, qual foi o resultado da comissão criada para analisar questões consideradas inadequadas da prova, qual gráfica deve imprimir o Enem depois da falência da empresa que o fazia há 10 anos e quais as datas limites para que o cronograma não seja atrasado.

"Restando menos de sete meses para a data prevista do Enem e pela relevância que o exame tem para mais de cinco milhões de inscritos, o atraso do MEC e do Inep na divulgação dessas informações é fator de intranquilidade para os estudantes e suas famílias", disse o deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE), autor do pedido, que foi aprovado por unanimidade na comissão. Nem parlamentares do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, se opuseram.

Na segunda-feira, 15, o MEC confirmou que o delegado da Política Federal Elmer Vicenzi seria o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão que cuida das avaliações no MEC. Mas sua nomeação ainda não saiu no Diário Oficial. Desde o dia 16 de março, não o cargo está vago após demissão de Marcos Vinícius Rodrigues, em meio à crise durante a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez.

O Inep também não informou ainda qual a gráfica que deve imprimir o exame. A RR Donnalley, que fazia o trabalho, declarou falência há mais de 15 dias, como revelou o jornal O Estado de S. Paulo.

A empresa também está envolvida em denúncias de favorecimento das licitações do Inep, já que imprimia a prova há 10 anos. O Tribunal de Contas da União deve analisar o processo no dia 24. O Inep quer que outra empresa, a Valid, também envolvida nas mesmas denúncias, assuma a impressão. A Valid ficou em terceiro lugar na última licitação feita para o Enem, em 2016.

No requerimento dos deputados, há questionamentos ainda sobre o que será feito com os itens (como são chamadas as questões) que não forem utilizados por decisão da comissão. "Os itens são sigilosos, mas as justificativas para sua não recomendação não são. Quais as justificativas apresentadas para a não recomendação do item?", pergunta o documento.

Há ainda questões sobre a data limite para contratação da gráfica e para finalização da prova pelo Inep. O MEC tem 30 dias para responder.

A TARDE - BA - OPINIÃO

Véspera do caos na educação

Eleonora Ramos

Jornalista

No primeiro contato com o então candidato Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, escolhido para ministro de Educação entre outros discípulos do subitamente famoso e poderoso guru, ideólogo ou filósofo Olavo de Carvalho, foi perguntado pelo futuro presidente se tinha faca nos dentes para enfrentar os comunistas infiltrados em todos os níveis de educação.

O Véléz assumiu barbarizando, chamando brasileiros de canibais, tentando filmar crianças cantando o hino, Freud deve explicar, suprimindo temas do Enem, considerados perniciosos para a formação de jovens.

Até que caiu. E o mesmo Olavo escolheu o atual ministro, um economista, de nome impronunciável, especialista em finanças e vasta experiência nessa área. Um estranho no ninho da educação que, em entrevista no ano passado, disse que "em vez de as universidades do Nordeste ficarem aí fazendo sociologia, fazendo filosofia no agreste, [devem] fazer agronomia, em parceria com Israel".

O inacreditável na educação não se reduz ao fantasma do marxismo cultural que persegue os últimos ministros. Acaba de se tornar projeto a promessa da excêntrica ministra Damares, de implantar e estimular a educação domiciliar. Significa crianças que não frequentam escolas, aprendem em casa com os pais e no fim do ano são avaliados pelo MEC.

Existe até uma associação que defende essa modalidade e consta que, hoje, cerca de 7.500 crianças de 4 a 17 anos são mantidas fora da escola, contrariando a legislação em vigor. Tal prática pressupõe que um dos pais, a mãe provavelmente, não trabalhe fora e acrescente às tarefas domésticas a educação dos filhos.

Assim, a tentadora possibilidade de não pagar mais escola, nem uniforme, nem transporte, nem merenda, pesa para muitas famílias. Dificilmente essa mãe ou esse pai terão formação, conhecimento, o mínimo de informação, tempo e paciência para substituir a escola, a interação com os diversos professores e funcionários, os códigos de convivência, os métodos de aprendizado, a avaliação do aproveitamento, o trabalho em grupo, o acesso às artes, à educação física.

E, o mais importante, o mais trágico, os índices de escolaridade da população em geral, os quase 50% que não conseguem redigir um texto de 10 linhas sobre um tema proposto. Que, na verdade, precisariam voltar para a escola. Como essas pessoas vão ensinar aos filhos ou a quaisquer outras crianças? E com que eficiência o MEC conseguirá avaliar esses alunos, de variadas séries, por todo o Brasil?

O certo é que, se a moda pega, sobrarão vagas, o governo economiza verbas e se descompromete com os baixos índices. Resumindo, a educação que sempre esteve péssima pode piorar.

topo 

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Delegado federal será presidente do Inep e vai cuidar do Enem

Vicenzi é especialista em Direito Penal e fez um MBA em Orçamento e Gestão Pública

O delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O órgão é o responsável pelas avaliações do Ministério da Educação (MEC), entre elas o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Vicenzi é especialista em Direito Penal e fez um MBA em Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e diretor do Departamento Nacional de Trânsito

(Denatran), onde implementou a carteira digital de habilitação. O nome dele foi confirmado oficialmente pelo Ministério da Educação.

O cargo está vago desde que o ex-presidente Marcos Vinícius Rodrigues foi demitido pelo ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, no dia 26 de março. Depois que o Enem foi roubado da gráfica em 2009, em sua primeira edição como o maior vestibular do País, o Inep desenvolveu uma grande estrutura de logística e segurança. Mesmo assim, o exame sofre com denúncias de fraude ano a ano.

A gráfica que imprimia o Enem faliu há cerca de 15 dias e até hoje o Inep não divulgou como resolverá a questão. A previsão era de que as provas começassem a ser impressas no mês que vem. Há denúncias de irregularidades e favorecimento da RR Donnalley (a gráfica falida) em licitações feitas no Inep.

Nesta segunda-feira, 15, o ministro Weintraub recebeu o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamim Zimler, revisor do processo no órgão sobre as denúncias envolvendo a licitação de 2016. Essa foi a última vez que o Inep abriu concorrência para a impressão do Enem. Em outros anos, o contrato foi renovado com a RR Donnalley. O julgamento no TCU deve ocorrer no dia 24.

Alfabetização

O Inep ainda é responsável pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia crianças desde a alfabetização até o ensino médio. No mês passado, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que a gestão de Jair Bolsonaro não mais faria provas para os alunos em fase de alfabetização. Foi mais um episódio da crise que se instaurou no MEC desde o início do ano. O ex-ministro Vélez disse que não sabia da mudança e demitiu o presidente do Inep. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Começam hoje as inscrições para o Prêmio Professores do Brasil

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil serão abertas nesta terça-feira (16). Todos os professores de escolas públicas, desde a creche até o ensino médio, podem participar. As inscrições podem ser feitas no site do prêmio até 31 de maio.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem Criativa.

O objetivo do prêmio é reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula.

“O principal ator que ganha o prêmio é o estudante porque são projetos que ele precisa apresentar como resultado em termos de aprendizagem. Na relação ensino e aprendizagem, se a aprendizagem não se concretiza, o professor não ensinou, só informou”, disse a coordenadora-geral de Valorização, Saúde e Bem-estar dos Profissionais de Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Mara Ewbank.

A coordenadora de valorização, Saúde e Bem-estar dos Profissionais de Educação, Mara Silva André Ewbank, durante lançamento da 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil.

“Aprende o professor, aprende o aluno, aprende a coordenação, aprende a direção da escola, aprendem os gestores educacionais. É um processo contínuo de aprendizagem. O prêmio é, a cada ano, mais reconhecido pela sociedade em geral, principalmente na escola pública”, acrescentou.

Etapas

A premiação tem três fases. Na etapa estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na fase regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores.

A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da fase regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo Ministério da Educação, além de ter suas experiências publicadas na página do prêmio.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro em Cuiabá (MT). Serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 pessoas.

Professora ganhadora

Vandete Pereira Lima, professora da Escola Classe 8, do Cruzeiro, em Brasília, foi uma das ganhadoras do Prêmio Professores do Brasil no ano passado. Ela recebeu a premiação pelo projeto Uma mensagem para você, desenvolvido nas turmas de alfabetização. Para incentivar os estudantes a ler e escrever, ela usou algo bastante comum nos dias de hoje: o formato de mensagens enviadas pelo celular.

A professora Vandete Pereira Lima durante lançamento da 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil.

Segundo a descrição do projeto, mais de 80% da turma demonstraram avanços nos objetivos de leitura, escrita, pontuação e uso de linguagem multimodal.

“Parece uma ideia super simples, mas é altamente motivadora para nossos problemas. Hoje, a solução para nossos problemas é a criatividade”, disse.

Apesar de a atuação do professor ser importante, Vandete afirmou que a melhora do desempenho dos estudantes depende também de uma boa estrutura de apoio nas escolas.

“Acho que a educação não pode trabalhar sozinha, tem que estar associada à saúde, tem que pensar em equipes multidisciplinares. O aluno de escola pública tem problema de alimentação, além de familiares. É preciso pensar em equipe de apoio para esses alunos.

Só o professor em sala de aula não dá conta de todas essas questões que, de certa forma, vão influenciar no resultado do desempenho dos alunos”, acrescentou.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Autonomia universitária

Artigos

Ronaldo Caiado

Governador do Estado de Goiás

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) tem muitas possibilidades e recursos para colaborar efetivamente com o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Termos uma universidade pública é fundamental para a formação de profissionais de excelência, e comprometidos com Goiás. A história nos mostra que nenhuma nação se desenvolve sem investimentos em uma educação de qualidade.

O nosso governo respeita integralmente a autonomia universitária e repassa o valor constitucional para a manutenção da UEG. Vale destacar que o orçamento da UEG para 2019 foi elaborado e definido pelo governo passado.

Não defendo intervenção e nem quebra da autonomia da comunidade universitária para a construção de saída para os problemas da UEG.

Não farei como os últimos governos que promoveram intervenção e decidiram irresponsavelmente sobre criação de cursos, polos e unidades sem diagnóstico prévio, metas ou planejamento, tomando medidas do gabinete em Goiânia, gerando gastos insustentáveis para a universidade. A UEG, como toda universidade pública, precisa crescer com responsabilidade, planejamento e com aderência às vocações socioeconômicas de cada região do Estado e sempre atenta aos limites orçamentários, advindos da arrecadação.

O reitor e o Conselho Universitário, bem como os movimentos de professores, técnicos e estudantes, têm total autonomia para resolver os desafios da UEG. O que toda a sociedade goiana espera é que o façam com responsabilidade, e dentro do espírito da gestão pública ética e austera.

Autonomia com responsabilidade deve ser o caminho, depois do afastamento do reitor para se defender das várias acusações a que vem respondendo desde 2018.

O atual governo tem pouco mais de 100 dias. Falo, com convicção, que quem gerou a crise da UEG foram governos que decidiram mandar na Universidade, e o reitor que então aceitou essas ordens. Eu não farei isso.

O governo continua à disposição para dialogar e apoiar soluções para que a UEG possa se dedicar integralmente ao ensino, pesquisa e extensão.

Todos nós queremos que a UEG saia com muito mais força dessa crise, mas sem intervencionismo, autoritarismo e ingerência que foram tão comuns nos últimos oito anos.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Desafios da EAD

Felipe Fulquim

Jornalista e professor universitário na EAD

Fjlm um de seus últimos atos à frente da presidência da República do Brasil, Michel Temer (MDB), patrocinou uma portaria que ampliou para 40% a carga horária pela Educação a Distância (EAD) de cursos presenciais no ensino superior em faculdades e universidade em todo o País.

Para estabelecer esse porcentual no currículo, as instituições devem contar com graduações a distância e terem nota 4 nos indicadores: Conceito Institucional e Conceito de Curso, ambos instituídos e fiscalizados pelo Ministério da Educação (MEC). Os que estiverem abaixo desta nota só podem praticar 20% da grade de seus cursos em EAD a partir deste ano.

Vista como forma de economia por parte de algumas instituições privadas, as potencialidades e recursos dessa modalidade de ensino são pouco exploradas pelos alunos brasileiros, em especial, no que tange a flexibilização nos horários de estudo e na ampliação da busca por conhecimentos interdisciplinares por meio do auxílio do professor tutor. O cidadão do século 21, que precisa se manter atualizado para ter competitividade no mercado de trabalho, pode recorrer a este tipo de ensino para se qualificar em cursos livres, graduações e até pós-graduações que são reconhecidas pelo MEC como mesmo diploma do ensino presencial.

Quem trabalha com o EAD nas instituições de ensino sabe da importância do planejamento e do investimento nesta área que segundo dados do Censo da Educação Superior 2017 apontam um volume de cerca de 1,8 milhão de matrículas nesta modalidade no País. Esse número representa, em média, 20% dos universitários nas graduações no Brasil.

As instituições de ensino devem investir na concepção de um material didático rico em recursos audiovisuais e interativos feito por mestres e doutores nas áreas específicas das disciplinas que serão ofertadas aos alunos com uma metodologia específica focada em um ensino a distância, que possui características próprias em relação ao ensino presencial.

O investimento técnico em salas de aula virtuais e nas estruturas de atendimento pedagógico também devem estar entre as prioridades que devem ser implementadas de acordo coma realidade local, de modo a criar uma cultura institucional que evidencie as vantagens da EAD. Bandeira do novo presidente, responsabilidade do governo federal, a aplicação prática desta carga horária deve ser fiscalizada pelo MEC, responsável também por regras que aprimorem a oferta deste tipo de ensino, da educação básica ao ensino superior.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Desde 2015 setor do conhecimento no Brasil perdeu cerca de R\$ 38 bilhões
Organização lançada nesta terça leva em conta no cálculo recursos para Capes,
bolsas de estudo, universidades, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações; entre outros**

RIO- Sucessivas crises nas universidades federais, pesquisas prejudicadas pela falta de recursos, saída de cientistas do país e instabilidade na concessão de bolsas. O cenário é fruto de um contínuo contingenciamento de verbas nas áreas relacionadas à produção científica. Desde 2015 foram cortados R\$38 bilhões do "setor do conhecimento", considerando as perdas acumuladas ano a ano e corrigidas pela inflação. O levantamento foi feito pelo "Observatório do Conhecimento", grupo lançado hoje e organizado por associações de docentes das universidades do país, e antecipado pela coluna do Ancelmo Gois.

O cálculo considera valores empenhados destinados às universidades, institutos e escolas federais; à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), onde está alocado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quando comparado a 2014, o orçamento destinado à produção de conhecimento em 2019 tem quase R\$15 bilhões a menos. Isso quer dizer que o valor disponível atualmente representa 52% do orçamento de 2014.

— Nos últimos anos temos enfrentado sucessivos cortes, a área do conhecimento está sendo estrangulada. Desde 2014 estamos quase sem investimento em Ciência e Tecnologia, fora as bolsas, estamos praticamente zerados há cinco anos. Se as pesquisas estavam em risco em 2016, hoje elas estão parando — afirma a professora da UFRJ Tatiana Rappoport, uma das idealizadoras do Observatório.

A pesquisadora afirma que pesquisas em áreas estratégicas no Brasil estão sendo prejudicadas pelo desmonte do setor e que a descontinuidade dos recursos pode fazer com que o país gaste o dobro no futuro.

— Há pesquisa sobre o mosquito aedes aegypti, outras sobre controles de pragas, nanotecnologia. O Brasil não consegue fazer uma política de Estado de médio e longo prazo para a área do conhecimento. O país investe, compra equipamento, mas depois não mantém, os pesquisadores acabam indo embora. É como não limpar o bueiro e gastar o dobro para mitigar os efeitos de uma enchente de grandes proporções. Não há investimento na manutenção dos grupos de pesquisa e depois que ficam destruídos controem de novo e gastam dez vezes mais. Estamos sempre recomeçando do zero — criticou.

No início do mês, organizações ligadas à pesquisa científica alertaram para a falta de recursos na área. Segundo eles, caso o governo não forneça mais verbas, o dinheiro para as pesquisas acaba em julho. Somente o MCTIC sofreu um contingenciamento de 42,2% de seus recursos nesse ano.

O presidente Jair Bolsonaro sofreu uma onda de críticas após publicar no Twitter uma foto com a jovem Alia Al Mansoori que ele descreveu como "prodígio da ciência dos Emirados Árabes" e que estuda para ir ao espaço. Na ocasião, estudantes e pesquisadores brasileiros se manifestaram apontando a contradição da foto e o cenário de cortes promovido pelo governo na ciência brasileira.

O quadro se agravou neste ano, mas desde 2017 a situação da ciência brasileira já era

preocupante. Um painel inaugurado na UFRJ, batizado de "Tesourômetro", contabilizava o contingenciamento de recursos na área. Na ocasião, devido à rotina de cortes, o setor perdia cerca de R\$500 mil por hora no Brasil.

topo ↕

A TRIBUNA - MT - TEMPO REAL

Universidade Federal de Rondonópolis: Estudantes preocupados com atraso no pagamento de bolsas

Situação tem gerado transtornos para os bolsistas, que dependem dos valores para honrarem seus compromissos

Os estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) estão preocupados com o atraso no pagamento das bolsas estudantis, que são pagas por meio de recursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) repassados para a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que por sua vez deposita os valores nas contas dos estudantes. A situação tem gerado transtornos para os bolsistas, que dependem dos valores para honrarem seus compromissos.

O atraso atinge aos estudantes que recebem Bolsas Monitorias e Auxílios Moradia e Permanência, que são vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A informação que os estudantes têm é que isso advém do contingenciamento de recursos do MEC promovidos pelo Governo Federal.

“Todas as bolsas que foram pagas este ano foram pagas com recursos de 2018. Depois disso, ninguém recebeu mais nada, porque há um contingenciamento bilionário com os recursos do MEC e ninguém recebeu ainda este ano. Eu tenho que pagar minha parte do aluguel da república que moro e até agora não consegui fazer isso, por conta desse atraso na minha bolsa. Preciso desse dinheiro, pois sem ele não vou ter onde morar”, disse o estudante Elson Hoeltgbaum, estudante do curso de Enfermagem, que recebe um auxílio-moradia de R\$ 400.

Da mesma forma, a estudante do curso de Zootecnia Luana Kawamura, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), é outra que está sendo prejudicada com a situação. “Eu recebo bolsas desde que comecei a estudar, mas sempre eram bolsas vinculadas à Capes, que eram do Ministério da Ciência e Tecnologia, e não era a UFMT a fonte pagadora. Nos últimos quatro meses recebo Bolsa Monitoria, porque auxílio alunos com dificuldades de entendimento das matérias do meu curso. Eu recebo R\$ 400 e com esse dinheiro eu ajudo em casa e também compro os meus remédios controlados, que são bem caros. Esse mês ainda não consegui comprar meus remédios e eu preciso deles, da minha bolsa”, declarou.

“Tem gente dependendo do dinheiro para pagar aluguel, a luz, a água. Sem esse dinheiro, não sei como ficará a situação dessas pessoas”, informou a estudante Luana Kawamura, presidente do DCE da UFR – Foto: Denilson Paredes

Segundo ela, os alunos que recebem bolsas estudantis da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** estão com as mesmas em dia, pois os valores são repassados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, mas os cerca de 300 estudantes da UFR que recebem as bolsas e auxílios vinculados ao MEC estão com as bolsas atrasadas desde o último dia 12. A situação não atinge só Rondonópolis e os estudantes pretendem se articular para realizar protestos contra a situação.

De acordo com informações obtidas pelos estudantes junto à Pró-Reitoria de Assistência

Estudantil (PRAE) não há uma previsão de quando as bolsas poderão ser depositadas nas contas dos bolsistas, pois não foi feito o repasse dos recursos para a UFMT por parte do MEC. “Há estudantes que são pais e mães de família, tem gente dependendo do dinheiro para pagar aluguel, a luz, a água. Sem esse dinheiro, não sei como ficará a situação dessas pessoas”, completou Luana Kawamura.

FECHAMENTO DO RU

Outra situação que tem deixado os estudantes preocupados é o atraso no repasse dos valores devidos ao Restaurante Universitário (RU), cujo fornecimento de alimentação é feita por uma empresa privada. “Esse dinheiro que é repassado para os RUs vem do PNAE e temos medo que esse recurso seja cortado e que a universidade pare de fornecer alimentação para os estudantes carentes, uma vez que são empresas privadas e, se não recebem seu pagamento, a primeira medida adotada é parar de fornecer o alimento. Outra dificuldade que temos é falta de comunicação da UFMT, que não nos repassa as informações. Até agora não tivemos um comunicado oficial da universidade, diferentemente do que ocorre em outras universidades, que dialogam com seus alunos. Nos preocupa todas essas mudanças de ministros no MEC e esse contingenciamento de mais de R\$ 5,8 bilhões nos recursos da educação”, externou a estudante Dê Silva, do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental e também diretora do DCE.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

0 filisteísmo acadêmico

A expressão "filisteísmo acadêmico" deve-se à crítica iconoclasta do filósofo Friedrich Nietzsche ao sistema universitário alemão de sua época. Dizia Nietzsche que os pensadores de sua geração só se preocupavam com a carreira e as conquistas sociais e profissionais que ela podia proporcionar. Saberes retóricos sem nenhuma importância para vida. A estes, teria consagrado Goethe a sua famosa frase: "cinzenta é toda teoria. Verde é a árvore da vida".

Essas considerações vem à tona no momento em que se cogita no MEC de por fim o sistema de avaliação da carreira universitária através de consulta e alimentação da chamada "plataforma Lattes", penosamente aperfeiçoada pela **Capes** e CNPq. Quero dizer, inicialmente, que sempre tive muitas reservas a esse sistema de avaliação do trabalho docente. Como estudante da Filosofia, desde meus tempos de colegial, nunca apreciei os critérios quantitativos e cartoriais dessa maneira de julgar o conhecimento produzido no âmbito das universidades. Chamo a este sistema avaliativo de Taylorismo acadêmico, ou o produtivismo universitário. Avaliar o valor pela quantidade, expresso em certificados, papéis e publicações. O nosso atual ensino de pós-graduação está escorado nesse tipo de julgamento. Ou seja, pouco importa a relevância social desse conhecimento.

Apesar dessas críticas, nada justifica o ódio ao conhecimento, as universidades e aos professores demonstrado pelo atual governo, através de seus gerentes e prepostos. A atual disposição do atual ministro em substituir a militarização das escolas pelas parcerias público-privadas com as fundações empresariais e religiosas é muito grave, não só pelo progressivo refinanciamento público da educação (através do mecanismo das desvinculações das rubricas constitucionais), mas sobretudo pelo caráter instrumental, técnico, pragmático de um tipo de educação - de perfil aligeirado - para um mercado de trabalho em crise e desregulado. Educar para a exploração selvagem e irrefreada da mão de obra barata.

Esta investida contra a Plataforma Lattes pelos atuais gestores da educação no país se configura como uma manifestação grosseira do mais raso antiintelectualismo a serviço de interesses do mercado, sobretudo das empresas privadas de educação e treinamento da mão de obra. Ela vem se somar aquela outra declaração da desnecessidade dos nordestinos estudarem filosofia, história, sociologia, artes etc.

Para os filhos da elite econômica e social, um tipo de educação integral e humanista. Para os filhos do povo, outra. É assim vai se reproduzindo a desigualdade de classes e regiões no Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Capes vai implementar curso de especialização em ciência para o ensino fundamental

A expectativa é que 400 mil alunos da rede pública sejam beneficiado pela formação destes professores.

Professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, e querem se especializar no ensino de ciências poderão contar com um curso de especialização que será implementado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. As inscrições serão abertas em setembro e as aulas começam em 2020.

A iniciativa faz parte do programa Ciência é Dez! e deve oferecer quatro mil vagas por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ao todo serão 20 instituições públicas em 133 polos espalhados pelo país.

Segundo Carlos Lenuzza, diretor de Educação a Distância e Formação de Professores da Educação Básica da **Capex**, a expectativa é que 400 mil alunos da rede pública sejam beneficiado pela formação destes professores.

De acordo com o resultado do mais recente Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), feito com 70 países, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

A prova é coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em cada edição, o Pisa dá ênfase a uma das três áreas. Na de 2015, o foco foi ciências. A nota do Brasil em ciências caiu de 405, na edição anterior, de 2012, para 401; em leitura, o desempenho do Brasil caiu de 410 para 407; já em matemática, a pontuação dos alunos brasileiros caiu de 391 para 377.

Cingapura foi o país que ocupou a primeira colocação nas três áreas (556 pontos em ciências, 535 em leitura e 564 em matemática).

topo ↕

VISÃO - TEMPO REAL

Reitor da Uniplac trouxe boas notícias de Brasília

Após uma série de encontros realizados, principalmente junto ao Ministério da Educação, em Brasília, o reitor da Uniplac, Kaió Amarante, retorna à Lages e traz na bagagem uma série de informações positivas. Ele fez parte de uma delegação composta

por todos os reitores de Instituições de Ensino Superior (IES), filiadas ao sistema Acafe. Um das mais importantes reuniões aconteceu no último dia 10, com o diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Luiz Blumm. Na oportunidade foi debatida a regulamentação da lei das universidades comunitárias. “Após apresentação das IES, demonstrando a capilaridade do sistema, comprovamos o elevado número de formados por ano e o custo para estas formações, demonstrando que operamos a menos de metade do custo das universidades públicas”, comenta Kaio Amarante, ressaltando que ficou o compromisso do FNDE atentar para esta questão das comunitárias.

Já no encontro realizado na Diretoria de Políticas Reguladoras (DPR/MEC), Kaio e os demais integrantes da comitiva de reitores, foram recepcionados pelo Cel. Marcos Heleno Oliveira. O principal tema foi em relação à revisão dos processos das universidades filantrópicas. “A Uniplac não tem demandas neste sentido, pois deixou de ser filantrópica, mas manteve-se na reunião em apoio às coirmãs”, ressalta o reitor.

Outra interessante reunião ocorreu junto à diretoria da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, presidida por **Anderson Correia** Ribeiro (ex-reitor do ITA), que disse conhecer bem o sistema Acafe, e ficou surpreso ao saber da quantidade de programas stricto, planejados dentro do sistema. “Ele falou da necessidade de pesquisas com aplicação imediata de agregação de valor e disse que os programas em rede são bem-vindos”, destaca Kaio que completou: “ele é favorável aos programas profissionais, desde que esteja clara qual a aderência das empresas no processo”.

Encontros fora do MEC

Aproveitando que enquanto estava em Brasília ocorria a marcha dos prefeitos, a Acafe foi convidada pela deputada Carmem Zanotto para fazer uso da palavra. “O presidente da Acafe aproveitou a oportunidade para falar da relação do desenvolvimento do estado a partir da interiorização do ensino superior, ocorrida há quase seis décadas e ainda, enfatizou que a maioria dos prefeitos e suas equipes de gestão são oriundas do sistema”.

Por fim, os reitores estiveram reunidos com quatro procuradores da Advocacia Geral da União (AGU), onde foi relatado o fato de que em editais do MEC as comunitárias não são reconhecidas, apenas citam a possibilidade das públicas receberem recursos, e nas poucas vezes em que as comunitárias são citadas, há indeferimento dos pedidos, por falta de conhecimento dos técnicos que analisam os pedidos e na maioria das vezes, consideram que comunitárias são iguais às privadas. “Foi citado pelo advogado da Acafe, que nos editais do Ministério da Ciência e Tecnologia somos tratados como públicas, com acesso a editais, mas que o mesmo não ocorre em editais do MEC”, explica Kaio completando que os procuradores afirmaram desconhecer a demanda, mas que vão trabalhar para solucionar a questão.

Encontro com um lageano

Na reunião junto a Secretaria de Regulação do Ensino Superior (Seres/MEC), Kaio teve a oportunidade de conversar com o lageano Cel. Marco Aurélio de Oliveira. Na ocasião o Cel estava respondendo pela direção da secretaria, mas já havia sido informado que deixará o cargo para atuar em outro Ministério. “Mesmo assim, ele disse que se empenhará pessoalmente na resolução desta demanda e disse que trabalhará firmemente até seu último dia no cargo”, explica Kaio se referindo ao pedido de recuperação da autonomia universitária feito pela Uniplac. “Entregamos ofício com o pedido da

recuperação da autonomia universitária e as outras Ies disseram que já haviam recuperado, o que fortaleceu o nosso pedido”, afirma o reitor da Uniplac que ainda presenteou o Coronel com uma camisa das Leões da Serra, projeto apoiado pela Uniplac.

Assessoria de Imprensa da Uniplac

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Delegado federal será responsável pelo Enem

Elmer Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. O órgão é o responsável pelas avaliações do Ministério da Educação (MEC)

Brasília - O delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O órgão é o responsável pelas avaliações do Ministério da Educação (MEC), entre elas o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Vicenzi é especialista em Direito Penal e fez um MBA em Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), onde implementou a carteira digital de habilitação. O nome dele foi confirmado oficialmente pelo Ministério da Educação.

O cargo está vago desde que o ex-presidente Marcos Vinícius Rodrigues foi demitido pelo ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, no dia 26 de março. Depois que o Enem foi roubado da gráfica em 2009, em sua primeira edição como o maior vestibular do País, o Inep desenvolveu uma grande estrutura de logística e segurança. Mesmo assim, o exame sofre com denúncias de fraude ano a ano.

A gráfica que imprimia o Enem faliu há cerca de 15 dias e até hoje o Inep não divulgou como resolverá a questão. A previsão era de que as provas começassem a ser impressas no mês que vem. Há denúncias de irregularidades e favorecimento da RR Donnalley (a gráfica falida) em licitações feitas no Inep.

Nesta segunda-feira, 15, o ministro Weintraub recebeu o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamim Zimler, revisor do processo no órgão sobre as denúncias envolvendo a licitação de 2016. Essa foi a última vez que o Inep abriu concorrência para a impressão do Enem. Em outros anos, o contrato foi renovado com a RR Donnalley. O julgamento no TCU deve ocorrer no dia 24.

Alfabetização

O Inep ainda é responsável pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia crianças desde a alfabetização até o ensino médio. No mês passado, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que a gestão de Jair Bolsonaro não mais faria provas para os alunos em fase de alfabetização. Foi mais um episódio da crise que se instaurou no MEC desde o início do ano. O ex-ministro Vélez disse que não sabia da mudança e demitiu o presidente do Inep. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

A TARDE - BA - OPINIÃO

Véspera do caos na educação

Eleonora Ramos
Jornalista

No primeiro contato com o então candidato Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, escolhido para ministro de Educação entre outros discípulos do subitamente famoso e poderoso guru, ideólogo ou filósofo Olavo de Carvalho, foi perguntado pelo futuro presidente se tinha faca nos dentes para enfrentar os comunistas infiltrados em todos os níveis de educação.

O Vélez assumiu barbarizando, chamando brasileiros de canibais, tentando filmar crianças cantando o hino, Freud deve explicar, suprimindo temas do Enem, considerados perniciosos para a formação de jovens.

Até que caiu. E o mesmo Olavo escolheu o atual ministro, um economista, de nome impronunciável, especialista em finanças e vasta experiência nessa área. Um estranho no ninho da educação que, em entrevista no ano passado, disse que "em vez de as universidades do Nordeste ficarem aí fazendo sociologia, fazendo filosofia no agreste, [devem] fazer agronomia, em parceria com Israel".

O inacreditável na educação não se reduz ao fantasma do marxismo cultural que persegue os últimos ministros. Acaba de se tornar projeto a promessa da excêntrica ministra Damares, de implantar e estimular a educação domiciliar. Significa crianças que não frequentam escolas, aprendem em casa com os pais e no fim do ano são avaliados pelo MEC.

Existe até uma associação que defende essa modalidade e consta que, hoje, cerca de 7.500 crianças de 4 a 17 anos são mantidas fora da escola, contrariando a legislação em vigor. Tal prática pressupõe que um dos pais, a mãe provavelmente, não trabalhe fora e acrescente às tarefas domésticas a educação dos filhos.

Assim, a tentadora possibilidade de não pagar mais escola, nem uniforme, nem transporte, nem merenda, pesa para muitas famílias. Dificilmente essa mãe ou esse pai terão formação, conhecimento, o mínimo de informação, tempo e paciência para substituir a escola, a interação com os diversos professores e funcionários, os códigos de convivência, os métodos de aprendizado, a avaliação do aproveitamento, o trabalho em grupo, o acesso às artes, à educação física.

E, o mais importante, o mais trágico, os índices de escolaridade da população em geral, os quase 50% que não conseguem redigir um texto de 10 linhas sobre um tema proposto. Que, na verdade, precisariam voltar para a escola. Como essas pessoas vão ensinar aos filhos ou a quaisquer outras crianças? E com que eficiência o MEC conseguirá avaliar esses alunos, de variadas séries, por todo o Brasil?

O certo é que, se a moda pega, sobrarão vagas, o governo economiza verbas e se descompromete com os baixos índices. Resumindo, a educação que sempre esteve péssima pode piorar.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Delegado federal será presidente do Inep e vai cuidar do Enem

Vicenzi é especialista em Direito Penal e fez um MBA em Orçamento e Gestão Pública

O delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O órgão é o responsável pelas avaliações do Ministério da Educação (MEC), entre elas o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Vicenzi é especialista em Direito Penal e fez um MBA em Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), onde implementou a carteira digital de habilitação. O nome dele foi confirmado oficialmente pelo Ministério da Educação.

O cargo está vago desde que o ex-presidente Marcos Vinícius Rodrigues foi demitido pelo ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, no dia 26 de março. Depois que o Enem foi roubado da gráfica em 2009, em sua primeira edição como o maior vestibular do País, o Inep desenvolveu uma grande estrutura de logística e segurança. Mesmo assim, o exame sofre com denúncias de fraude ano a ano.

A gráfica que imprimia o Enem faliu há cerca de 15 dias e até hoje o Inep não divulgou como resolverá a questão. A previsão era de que as provas começassem a ser impressas no mês que vem. Há denúncias de irregularidades e favorecimento da RR Donnalley (a gráfica falida) em licitações feitas no Inep.

Nesta segunda-feira, 15, o ministro Weintraub recebeu o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamim Zimler, revisor do processo no órgão sobre as denúncias envolvendo a licitação de 2016. Essa foi a última vez que o Inep abriu concorrência para a impressão do Enem. Em outros anos, o contrato foi renovado com a RR Donnalley. O julgamento no TCU deve ocorrer no dia 24.

Alfabetização

O Inep ainda é responsável pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia crianças desde a alfabetização até o ensino médio. No mês passado, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que a gestão de Jair Bolsonaro não mais faria provas para os alunos em fase de alfabetização. Foi mais um episódio da crise que se instaurou no MEC desde o início do ano. O ex-ministro Vélez disse que não sabia da mudança e demitiu o presidente do Inep. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Começam hoje as inscrições para o Prêmio Professores do Brasil

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil serão abertas nesta terça-feira (16). Todos os professores de escolas públicas, desde a creche até o ensino médio, podem participar. As inscrições podem ser feitas no site do prêmio até 31 de maio.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem Criativa.

O objetivo do prêmio é reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de

escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula.

“O principal ator que ganha o prêmio é o estudante porque são projetos que ele precisa apresentar como resultado em termos de aprendizagem. Na relação ensino e aprendizagem, se a aprendizagem não se concretiza, o professor não ensinou, só informou”, disse a coordenadora-geral de Valorização, Saúde e Bem-estar dos Profissionais de Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Mara Ewbank.

A coordenadora de valorização, Saúde e Bem-estar dos Profissionais de Educação, Mara Silva André Ewbank, durante lançamento da 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil.

“Aprende o professor, aprende o aluno, aprende a coordenação, aprende a direção da escola, aprendem os gestores educacionais. É um processo contínuo de aprendizagem. O prêmio é, a cada ano, mais reconhecido pela sociedade em geral, principalmente na escola pública”, acrescentou.

Etapas

A premiação tem três fases. Na etapa estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na fase regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores.

A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da fase regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo Ministério da Educação, além de ter suas experiências publicadas na página do prêmio.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro em Cuiabá (MT). Serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 pessoas.

Professora ganhadora

Vandete Pereira Lima, professora da Escola Classe 8, do Cruzeiro, em Brasília, foi uma das ganhadoras do Prêmio Professores do Brasil no ano passado. Ela recebeu a premiação pelo projeto Uma mensagem para você, desenvolvido nas turmas de alfabetização. Para incentivar os estudantes a ler e escrever, ela usou algo bastante comum nos dias de hoje: o formato de mensagens enviadas pelo celular.

A professora Vandete Pereira Lima durante lançamento da 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil.

Segundo a descrição do projeto, mais de 80% da turma demonstraram avanços nos objetivos de leitura, escrita, pontuação e uso de linguagem multimodal.

“Parece uma ideia super simples, mas é altamente motivadora para nossos problemas.

Hoje, a solução para nossos problemas é a criatividade”, disse.

Apesar de a atuação do professor ser importante, Vandete afirmou que a melhora do desempenho dos estudantes depende também de uma boa estrutura de apoio nas escolas.

“Acho que a educação não pode trabalhar sozinha, tem que estar associada à saúde, tem que pensar em equipes multidisciplinares. O aluno de escola pública tem problema de alimentação, além de familiares. É preciso pensar em equipe de apoio para esses alunos. Só o professor em sala de aula não dá conta de todas essas questões que, de certa forma, vão influenciar no resultado do desempenho dos alunos”, acrescentou.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Autonomia universitária

Artigos

Ronaldo Caiado

Governador do Estado de Goiás

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) tem muitas possibilidades e recursos para colaborar efetivamente com o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Termos uma universidade pública é fundamental para a formação de profissionais de excelência, e comprometidos com Goiás. A história nos mostra que nenhuma nação se desenvolve sem investimentos em uma educação de qualidade.

O nosso governo respeita integralmente a autonomia universitária e repassa o valor constitucional para a manutenção da UEG. Vale destacar que o orçamento da UEG para 2019 foi elaborado e definido pelo governo passado.

Não defendo intervenção e nem quebra da autonomia da comunidade universitária para a construção de saída para os problemas da UEG.

Não farei como os últimos governos que promoveram intervenção e decidiram irresponsavelmente sobre criação de cursos, polos e unidades sem diagnóstico prévio, metas ou planejamento, tomando medidas do gabinete em Goiânia, gerando gastos insustentáveis para a universidade. A UEG, como toda universidade pública, precisa crescer com responsabilidade, planejamento e com aderência às vocações socioeconômicas de cada região do Estado e sempre atenta aos limites orçamentários, advindos da arrecadação.

O reitor e o Conselho Universitário, bem como os movimentos de professores, técnicos e estudantes, têm total autonomia para resolver os desafios da UEG. O que toda a sociedade goiana espera é que o façam com responsabilidade, e dentro do espírito da gestão pública ética e austera.

Autonomia com responsabilidade deve ser o caminho, depois do afastamento do reitor para se defender das várias acusações a que vem respondendo desde 2018.

O atual governo tem pouco mais de 100 dias. Falo, com convicção, que quem gerou a crise da UEG foram governos que decidiram mandar na Universidade, e o reitor que então aceitou essas ordens. Eu não farei isso.

O governo continua à disposição para dialogar e apoiar soluções para que a UEG possa se dedicar integralmente ao ensino, pesquisa e extensão.

Todos nós queremos que a UEG saia com muito mais força dessa crise, mas sem intervencionismo, autoritarismo e ingerência que foram tão comuns nos últimos oito anos.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Desafios da EAD

Felipe Fulquim

Jornalista e professor universitário na EAD

Fjlm um de seus últimos atos à frente da presidência da República do Brasil, Michel Temer (MDB), patrocinou uma portaria que ampliou para 40% a carga horária pela Educação a Distância (EAD) de cursos presenciais no ensino superior em faculdades e universidade em todo o País.

Para estabelecer esse porcentual no currículo, as instituições devem contar com graduações a distância e terem nota 4 nos indicadores: Conceito Institucional e Conceito de Curso, ambos instituídos e fiscalizados pelo Ministério da Educação (MEC). Os que estiverem abaixo desta nota só podem praticar 20% da grade de seus cursos em EAD a partir deste ano.

Vista como forma de economia por parte de algumas instituições privadas, as potencialidades e recursos dessa modalidade de ensino são pouco exploradas pelos alunos brasileiros, em especial, no que tange a flexibilização nos horários de estudo e na ampliação da busca por conhecimentos interdisciplinares por meio do auxílio do professor tutor. O cidadão do século 21, que precisa se manter atualizado para ter competitividade no mercado de trabalho, pode recorrer a este tipo de ensino para se qualificar em cursos livres, graduações e até pós-graduações que são reconhecidas pelo MEC como mesmo diploma do ensino presencial.

Quem trabalha com o EAD nas instituições de ensino sabe da importância do planejamento e do investimento nesta área que segundo dados do Censo da Educação Superior 2017 apontam um volume de cerca de 1,8 milhão de matrículas nesta modalidade no País. Esse número representa, em média, 20% dos universitários nas graduações no Brasil.

As instituições de ensino devem investir na concepção de um material didático rico em recursos audiovisuais e interativos feito por mestres e doutores nas áreas específicas das disciplinas que serão ofertadas aos alunos com uma metodologia específica focada em um ensino a distância, que possui características próprias em relação ao ensino presencial.

O investimento técnico em salas de aula virtuais e nas estruturas de atendimento pedagógico também devem estar entre as prioridades que devem ser implementadas de acordo com a realidade local, de modo a criar uma cultura institucional que evidencie as vantagens da EAD. Bandeira do novo presidente, responsabilidade do governo federal, a aplicação prática desta carga horária deve ser fiscalizada pelo MEC, responsável

também por regras que aprimorem a oferta deste tipo de ensino, da educação básica ao ensino superior.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Desde 2015 setor do conhecimento no Brasil perdeu cerca de R\$ 38 bilhões
Organização lançada nesta terça leva em conta no cálculo recursos para Capes, bolsas de estudo, universidades, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; entre outros

RIO- Sucessivas crises nas universidades federais, pesquisas prejudicadas pela falta de recursos, saída de cientistas do país e instabilidade na concessão de bolsas. O cenário é fruto de um contínuo contingenciamento de verbas nas áreas relacionadas à produção científica. Desde 2015 foram cortados R\$38 bilhões do "setor do conhecimento", considerando as perdas acumuladas ano a ano e corrigidas pela inflação. O levantamento foi feito pelo "Observatório do Conhecimento", grupo lançado hoje e organizado por associações de docentes das universidades do país, e antecipado pela coluna do Ancelmo Gois.

O cálculo considera valores empenhados destinados às universidades, institutos e escolas federais; à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), onde está alocado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quando comparado a 2014, o orçamento destinado à produção de conhecimento em 2019 tem quase R\$15 bilhões a menos. Isso quer dizer que o valor disponível atualmente representa 52% do orçamento de 2014.

— Nos últimos anos temos enfrentado sucessivos cortes, a área do conhecimento está sendo estrangulada. Desde 2014 estamos quase sem investimento em Ciência e Tecnologia, fora as bolsas, estamos praticamente zerados há cinco anos. Se as pesquisas estavam em risco em 2016, hoje elas estão parando — afirma a professora da UFRJ Tatiana Rappoport, uma das idealizadoras do Observatório.

A pesquisadora afirma que pesquisas em áreas estratégicas no Brasil estão sendo prejudicadas pelo desmonte do setor e que a descontinuidade dos recursos pode fazer com que o país gaste o dobro no futuro.

— Há pesquisa sobre o mosquito aedes aegypti, outras sobre controles de pragas, nanotecnologia. O Brasil não consegue fazer uma política de Estado de médio e longo prazo para a área do conhecimento. O país investe, compra equipamento, mas depois não mantém, os pesquisadores acabam indo embora. É como não limpar o bueiro e gastar o dobro para mitigar os efeitos de uma enchente de grandes proporções. Não há investimento na manutenção dos grupos de pesquisa e depois que ficam destruídos controem de novo e gastam dez vezes mais. Estamos sempre recomeçando do zero — criticou.

No início do mês, organizações ligadas à pesquisa científica alertaram para a falta de recursos na área. Segundo eles, caso o governo não forneça mais verbas, o dinheiro para as pesquisas acaba em julho. Somente o MCTIC sofreu um contingenciamento de 42,2% de seus recursos nesse ano.

O presidente Jair Bolsonaro sofreu uma onda de críticas após publicar no Twitter uma foto com a jovem Alia Al Mansoori que ele descreveu como "prodígio da ciência dos Emirados Árabes" e que estuda para ir ao espaço. Na ocasião, estudantes e pesquisadores brasileiros se manifestaram apontando a contradição da foto e o cenário de cortes promovido pelo governo na ciência brasileira.

O quadro se agravou neste ano, mas desde 2017 a situação da ciência brasileira já era preocupante. Um painel inaugurado na UFRJ, batizado de "Tesourômetro", contabilizava o contingenciamento de recursos na área. Na ocasião, devido à rotina de cortes, o setor perdia cerca de R\$500 mil por hora no Brasil.

topo ↕

A TRIBUNA - MT - TEMPO REAL

Universidade Federal de Rondonópolis: Estudantes preocupados com atraso no pagamento de bolsas

Situação tem gerado transtornos para os bolsistas, que dependem dos valores para honrarem seus compromissos

Os estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) estão preocupados com o atraso no pagamento das bolsas estudantis, que são pagas por meio de recursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) repassados para a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que por sua vez deposita os valores nas contas dos estudantes. A situação tem gerado transtornos para os bolsistas, que dependem dos valores para honrarem seus compromissos.

O atraso atinge aos estudantes que recebem Bolsas Monitorias e Auxílios Moradia e Permanência, que são vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A informação que os estudantes têm é que isso advém do contingenciamento de recursos do MEC promovidos pelo Governo Federal.

“Todas as bolsas que foram pagas este ano foram pagas com recursos de 2018. Depois disso, ninguém recebeu mais nada, porque há um contingenciamento bilionário com os recursos do MEC e ninguém recebeu ainda este ano. Eu tenho que pagar minha parte do aluguel da república que moro e até agora não consegui fazer isso, por conta desse atraso na minha bolsa. Preciso desse dinheiro, pois sem ele não vou ter onde morar”, disse o estudante Elson Hoeltgbaum, estudante do curso de Enfermagem, que recebe um auxílio-moradia de R\$ 400.

Da mesma forma, a estudante do curso de Zootecnia Luana Kawamura, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), é outra que está sendo prejudicada com a situação. “Eu recebo bolsas desde que comecei a estudar, mas sempre eram bolsas vinculadas à Capes, que eram do Ministério da Ciência e Tecnologia, e não era a UFMT a fonte pagadora. Nos últimos quatro meses recebo Bolsa Monitoria, porque auxílio alunos com dificuldades de entendimento das matérias do meu curso. Eu recebo R\$ 400 e com esse dinheiro eu ajudo em casa e também compro os meus remédios controlados, que são bem caros. Esse mês ainda não consegui comprar meus remédios e eu preciso deles, da minha bolsa”, declarou.

“Tem gente dependendo do dinheiro para pagar aluguel, a luz, a água. Sem esse dinheiro, não sei como ficará a situação dessas pessoas”, informou a estudante Luana Kawamura, presidente do DCE da UFR – Foto: Denilson Paredes

Segundo ela, os alunos que recebem bolsas estudantis da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** estão com as mesmas em dia, pois os valores são repassados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, mas os cerca de 300 estudantes da UFR que recebem as bolsas e auxílios vinculados ao MEC estão com as bolsas atrasadas desde o último dia 12. A situação não atinge só Rondonópolis e os estudantes pretendem se articular para realizar protestos contra a situação.

De acordo com informações obtidas pelos estudantes junto à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) não há uma previsão de quando as bolsas poderão ser depositadas nas contas dos bolsistas, pois não foi feito o repasse dos recursos para a UFMT por parte do MEC. “Há estudantes que são pais e mães de família, tem gente dependendo do dinheiro para pagar aluguel, a luz, a água. Sem esse dinheiro, não sei como ficará a situação dessas pessoas”, completou Luana Kawamura.

FECHAMENTO DO RU

Outra situação que tem deixado os estudantes preocupados é o atraso no repasse dos valores devidos ao Restaurante Universitário (RU), cujo fornecimento de alimentação é feita por uma empresa privada. “Esse dinheiro que é repassado para os RUs vem do PNAE e temos medo que esse recurso seja cortado e que a universidade pare de fornecer alimentação para os estudantes carentes, uma vez que são empresas privadas e, se não recebem seu pagamento, a primeira medida adotada é parar de fornecer o alimento. Outra dificuldade que temos é falta de comunicação da UFMT, que não nos repassa as informações. Até agora não tivemos um comunicado oficial da universidade, diferentemente do que ocorre em outras universidades, que dialogam com seus alunos. Nos preocupa todas essas mudanças de ministros no MEC e esse contingenciamento de mais de R\$ 5,8 bilhões nos recursos da educação”, externou a estudante Dê Silva, do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental e também diretora do DCE.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

0 filisteísmo acadêmico

A expressão "filisteísmo acadêmico" deve-se à crítica iconoclasta do filósofo Friedrich Nietzsche ao sistema universitário alemão de sua época. Dizia Nietzsche que os pensadores de sua geração só se preocupavam com a carreira e as conquistas sociais e profissionais que ela podia proporcionar. Saberes retóricos sem nenhuma importância para vida. A estes, teria consagrado Goethe a sua famosa frase: "cinzenta é toda teoria. Verde é a árvore da vida".

Essas considerações vem à tona no momento em que se cogita no MEC de por fim o sistema de avaliação da carreira universitária através de consulta e alimentação da chamada "plataforma Lattes", penosamente aperfeiçoada pela **Capes** e CNPq. Quero dizer, inicialmente, que sempre tive muitas reservas a esse sistema de avaliação do trabalho docente. Como estudante da Filosofia, desde meus tempos de colegial, nunca apreciei os critérios quantitativos e cartoriais dessa maneira de julgar o conhecimento produzido no âmbito das universidades. Chamo a este sistema avaliativo de Taylorismo acadêmico, ou o produtivismo universitário. Avaliar o valor pela quantidade, expresso em certificados, papéis e publicações. O nosso atual ensino de pós-graduação está escorado nesse tipo de julgamento. Ou seja, pouco importa a relevância social desse conhecimento.

Apesar dessas críticas, nada justifica o ódio ao conhecimento, as universidades e aos

professores demonstrado pelo atual governo, através de seus gerentes e prepostos. A atual disposição do atual ministro em substituir a militarização das escolas pelas parcerias público-privadas com as fundações empresariais e religiosas é muito grave, não só pelo progressivo refinanciamento público da educação (através do mecanismo das desvinculações das rubricas constitucionais), mas sobretudo pelo caráter instrumental, técnico, pragmático de um tipo de educação - de perfil aligeirado - para um mercado de trabalho em crise e desregulado. Educar para a exploração selvagem e irrefreada da mão de obra barata.

Esta investida contra a Plataforma Lattes pelos atuais gestores da educação no país se configura como uma manifestação grosseira do mais raso antiintelectualismo a serviço de interesses do mercado, sobretudo das empresas privadas de educação e treinamento da mão de obra. Ela vem se somar aquela outra declaração da desnecessidade dos nordestinos estudarem filosofia, história, sociologia, artes etc.

Para os filhos da elite econômica e social, um tipo de educação integral e humanista. Para os filhos do povo, outra. É assim vai se reproduzindo a desigualdade de classes e regiões no Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Capex vai implementar curso de especialização em ciência para o ensino fundamental

A expectativa é que 400 mil alunos da rede pública sejam beneficiado pela formação destes professores.

Professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, e querem se especializar no ensino de ciências poderão contar com um curso de especialização que será implementado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. As inscrições serão abertas em setembro e as aulas começam em 2020.

A iniciativa faz parte do programa Ciência é Dez! e deve oferecer quatro mil vagas por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ao todo serão 20 instituições públicas em 133 polos espalhados pelo país.

Segundo Carlos Lenuzza, diretor de Educação a Distância e Formação de Professores da Educação Básica da **Capex**, a expectativa é que 400 mil alunos da rede pública sejam beneficiado pela formação destes professores.

De acordo com o resultado do mais recente Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), feito com 70 países, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

A prova é coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em cada edição, o Pisa dá ênfase a uma das três áreas. Na de 2015, o foco foi ciências. A nota do Brasil em ciências caiu de 405, na edição anterior, de 2012, para 401; em leitura, o desempenho do Brasil caiu de 410 para 407; já em matemática, a pontuação dos alunos brasileiros caiu de 391 para 377.

Cingapura foi o país que ocupou a primeira colocação nas três áreas (556 pontos em ciências, 535 em leitura e 564 em matemática).

topo ↕

VISÃO - TEMPO REAL

Reitor da Uniplac trouxe boas notícias de Brasília

Após uma série de encontros realizados, principalmente junto ao Ministério da Educação, em Brasília, o reitor da Uniplac, Kaio Amarante, retorna à Lages e traz na bagagem uma série de informações positivas. Ele fez parte de uma delegação composta por todos os reitores de Instituições de Ensino Superior (IES), filiadas ao sistema Acafe. Um das mais importantes reuniões aconteceu no último dia 10, com o diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Luiz Blumm. Na oportunidade foi debatida a regulamentação da lei das universidades comunitárias. “Após apresentação das IES, demonstrando a capilaridade do sistema, comprovamos o elevado número de formados por ano e o custo para estas formações, demonstrando que operamos a menos de metade do custo das universidades públicas”, comenta Kaio Amarante, ressaltando que ficou o compromisso do FNDE atentar para esta questão das comunitárias.

Já no encontro realizado na Diretoria de Políticas Reguladoras (DPR/MEC), Kaio e os demais integrantes da comitiva de reitores, foram recepcionados pelo Cel. Marcos Heleno Oliveira. O principal tema foi em relação à revisão dos processos das universidades filantrópicas. “A Uniplac não tem demandas neste sentido, pois deixou de ser filantrópica, mas manteve-se na reunião em apoio às coirmãs”, ressalta o reitor.

Outra interessante reunião ocorreu junto à diretoria da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, presidida por **Anderson Correia Ribeiro** (ex-reitor do ITA), que disse conhecer bem o sistema Acafe, e ficou surpreso ao saber da quantidade de programas stricto, planejados dentro do sistema. “Ele falou da necessidade de pesquisas com aplicação imediata de agregação de valor e disse que os programas em rede são bem-vindos”, destaca kaio que completou: “ele é favorável aos programas profissionais, desde que esteja clara qual a aderência das empresas no processo”.

Encontros fora do MEC

Aproveitando que enquanto estava em Brasília ocorria a marcha dos prefeitos, a Acafe foi convidada pela deputada Carmem Zanotto para fazer uso da palavra. “O presidente da Acafe aproveitou a oportunidade para falar da relação do desenvolvimento do estado a partir da interiorização do ensino superior, ocorrida há quase seis décadas e ainda, enfatizou que a maioria dos prefeitos e suas equipes de gestão são oriundas do sistema”.

Por fim, os reitores estiveram reunidos com quatro procuradores da Advocacia Geral da União (AGU), onde foi relatado o fato de que em editais do MEC as comunitárias não são reconhecidas, apenas citam a possibilidade das públicas receberem recursos, e nas poucas vezes em que as comunitárias são citadas, há indeferimento dos pedidos, por falta de conhecimento dos técnicos que analisam os pedidos e na maioria das vezes, consideram que comunitárias são iguais às privadas. “Foi citado pelo advogado da Acafe, que nos editais do Ministério da Ciência e Tecnologia somos tratados como públicas, com acesso a editais, mas que o mesmo não ocorre em editais do MEC”, explica Kaio completando que os procuradores afirmaram desconhecer a demanda, mas que vão trabalhar para solucionar a questão.

Encontro com um lageano

Na reunião junto a Secretaria de Regulação do Ensino Superior (Seres/MEC), Kaio teve a oportunidade de conversar com o lageano Cel. Marco Aurélio de Oliveira. Na ocasião o Cel estava respondendo pela direção da secretaria, mas já havia sido informado que deixará o cargo para atuar em outro Ministério. “Mesmo assim, ele disse que se empenhará pessoalmente na resolução desta demanda e disse que trabalhará firmemente até seu ultimo dia no cargo”, explica Kaio se referindo ao pedido de recuperação da autonomia universitária feito pela Uniplac. “Entregamos ofício com o pedido da recuperação da autonomia universitária e as outras Ies disseram que já haviam recuperado, o que fortaleceu o nosso pedido”, afirma o reitor da Uniplac que ainda presenteou o Coronel com uma camisa das Leas da Serra, projeto apoiado pela Uniplac.

Assessoria de Imprensa da Uniplac

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Delegado federal será responsável pelo Enem

Elmer Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. O órgão é o responsável pelas avaliações do Ministério da Educação (MEC)

Brasília - O delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi será o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O órgão é o responsável pelas avaliações do Ministério da Educação (MEC), entre elas o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Vicenzi é especialista em Direito Penal e fez um MBA em Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), onde implementou a carteira digital de habilitação. O nome dele foi confirmado oficialmente pelo Ministério da Educação.

O cargo está vago desde que o ex-presidente Marcos Vinícius Rodrigues foi demitido pelo ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, no dia 26 de março. Depois que o Enem foi roubado da gráfica em 2009, em sua primeira edição como o maior vestibular do País, o Inep desenvolveu uma grande estrutura de logística e segurança. Mesmo assim, o exame sofre com denúncias de fraude ano a ano.

A gráfica que imprimia o Enem faliu há cerca de 15 dias e até hoje o Inep não divulgou como resolverá a questão. A previsão era de que as provas começassem a ser impressas no mês que vem. Há denúncias de irregularidades e favorecimento da RR Donnalley (a gráfica falida) em licitações feitas no Inep.

Nesta segunda-feira, 15, o ministro Weintraub recebeu o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamim Zimler, revisor do processo no órgão sobre as denúncias envolvendo a licitação de 2016. Essa foi a última vez que o Inep abriu concorrência para a impressão do Enem. Em outros anos, o contrato foi renovado com a RR Donnalley. O julgamento no TCU deve ocorrer no dia 24.

Alfabetização

CLIPPING



O Inep ainda é responsável pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia crianças desde a alfabetização até o ensino médio. No mês passado, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que a gestão de Jair Bolsonaro não mais faria provas para os alunos em fase de alfabetização. Foi mais um episódio da crise que se instaurou no MEC desde o início do ano. O ex-ministro Vélez disse que não sabia da mudança e demitiu o presidente do Inep. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

